



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE

TIAGO LUCIMAR DA SILVA

**Motivos e variáveis da ausência da divulgação do Relatório de
Sustentabilidade das companhias listadas na BM&FBOVESPA**

**FLORIANÓPOLIS
2014**

TIAGO LUCIMAR DA SILVA

Motivos e variáveis da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade das companhias listadas na BM&FBOVESPA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGC/UFSC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Contabilidade.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Elisete Dahmer Pfitscher.

Coorientadora: Prof.^a. Dr.^a. Suliani Rover.

**FLORIANÓPOLIS
2014**

S586m Silva, Tiago Lucimar da

Motivos e variáveis da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade das companhias listadas na BM&FBOVESPA [dissertação] / Tiago Lucimar da Silva; orientadora Elisete Dahmer Pfitscher; coorientadora Suliani Rover. – Florianópolis, 2014.

121p. : tabs. ; 21cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, 2014.

Inclui referências e apêndices

1. Contabilidade. 2. Relatórios – Sustentabilidade. 3. Empresas - Contabilidade. 4. Gestão da informação. 5. BM&FBOVESPA. I. Pfitscher, Elisete Dahmer. II. Rover, Suliani. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. IV. Título.

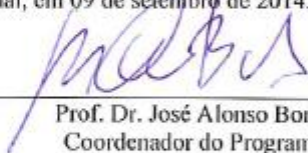
CDU: 657

Catálogo na fonte por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

TIAGO LUCIMAR DA SILVA

**MOTIVOS E VARIÁVEIS DA AUSÊNCIA DA DIVULGAÇÃO
DO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE DAS
COMPANHIAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Grau de Mestre em Contabilidade no Programa de Pós-Graduação em Contabilidade na Universidade Federal de Santa Catarina e aprovada, em sua forma final, em 09 de setembro de 2014.




Prof. Dr. José Alonso Borba
Coordenador do Programa


Apresenta à Comissão Examinadora composta pelos professores:



Prof. Dr. Elisete Dahmer Pfitscher
Programa de Pós-Graduação em Contabilidade
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Alexandre Marino Costa
Programa de Pós-Graduação em Administração
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Simone Bernardes Voese
Programa de Pós-Graduação em Contabilidade
Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Sérgio Murilo Petri
Programa de Pós-Graduação em Contabilidade
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.ª. Dr.ª. Suliani Rover
Programa de Pós-Graduação em Contabilidade
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Luiz Alberton
Programa de Pós-Graduação em Contabilidade
Universidade Federal de Santa Catarina

**Aos meus pais, Lucimar Nelson da Silva e
Maria Aparecida da Silva,
com amor, carinho e eterna gratidão.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter-me dado forças e me iluminado em mais uma etapa da vida.

Aos meus pais, que sempre me guiaram ao caminho do bem, por todo o carinho e apoio e pelos valores transmitidos ao longo da minha vida.

À minha família, em especial aos meus irmãos, pelo incentivo e apoio.

À minha namorada, pela compreensão e companheirismo.

Ao senhor João Pascoal Cardoso e sua família, por abrirem as portas para a realização deste sonho.

Aos ex-colegas de trabalho da Eletrosul e atuais da Tractebel Energia, pelo apoio concedido.

À professora, orientadora e amiga Elisete Dahmer Pfitscher, pelos ensinamentos proporcionados e pela confiança dispensada desde o início do mestrado.

À professora, coorientadora e amiga Suliani Rover, pelos ensinamentos proporcionados e dispêndio de tempo para colaborar com essa pesquisa.

Aos amigos do curso de mestrado e do Núcleo de Estudos sobre Meio Ambiente e Contabilidade (NEMAC).

Aos professores membros da banca examinadora, por suas importantes contribuições: Prof^ª. Dr^ª. Elisete Dahmer Pfitscher, Prof^ª. Dr^ª. Suliani Rover, Prof^ª. Dr^ª. Márcia M. dos Santos Bortolocci Espejo, Prof^ª. Dr^ª. Simone Bernardes Voese, Prof. Dr. Alexandre Marino Costa, Prof. Dr. Luiz Alberton e Prof. Dr. Sérgio Murilo Petri.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (PPGC) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pelo conhecimento transmitido ao longo do mestrado.

Aos colaboradores do PPGC, em especial à Maura, pela prestatividade e companheirismo.

“O custo do cuidado é sempre menor
que o custo do reparo”

Marina Silva

Motivos e variáveis da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade das companhias listadas na BM&FBOVESPA

RESUMO

O objetivo principal da pesquisa em questão consiste em analisar os possíveis motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar correspondente aos anos de 2011 e 2012 das empresas listadas na BM&FBOVESPA. Para tanto, adotou-se um estudo teórico-empírico de caráter descritivo-explicativo, cuja abordagem do problema se caracteriza como qualitativa e quantitativa. Empregou-se o método qualitativo com a finalidade de se conhecer, por meio de dados secundários – leitura do item ‘7.8 – Informações sobre relações de longo prazo relevantes do emissor’ do Formulário de Referência – e dados primários – informações obtidas, via questionário das empresas que não evidenciaram informações neste item 7.8, os motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade das empresas. Posteriormente, utilizou-se da abordagem quantitativa, caracterizada pela aplicação de instrumentos de análise estatística, a fim de identificar alguns fatores que influenciam na ausência da divulgação desses relatórios. A partir de teorias relacionadas à evidenciação social e ambiental, sete hipóteses – vinculadas a fatores individuais das empresas, que englobam tamanho, rentabilidade, auditoria, sustentabilidade, governança corporativa, internacionalização e natureza de atividade – foram formuladas e testadas por meio da análise de regressão logística (*logit*), operacionalizada no *software* SPSS®. As evidências empíricas apontam que dentre as 329 empresas que compõem a amostra da pesquisa, 256 delas não forneceram evidências sobre a publicação do Relatório de Sustentabilidade ou similar de 2011 no item 7.8 do Formulário de Referência ou no questionário, sendo que 112 relataram os motivos da ausência de tal divulgação. Na análise, relacionada à divulgação do mesmo relatório, correspondente ao ano de 2012, nota-se que embora 245 empresas não adotaram tal prática, novamente 112 empresas relataram tais motivos. 11 motivos foram destacados pelas empresas para justificar a ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar dos anos de 2011 e 2012, destacando-se: (i) a empresa divulga informações dessa natureza em outras fontes; (ii) ausência de estrutura interna; (iii) o relatório é divulgado pelo grupo econômico; (iv) a empresa atualmente não desempenha atividades operacionais e (v) a empresa não possui

iniciativa direta ao tema e/ou entende que tal informação não é preponderante à condução dos negócios e não geram impactos ambientais. A análise de regressão logística demonstrou que as variáveis tamanho, sustentabilidade e natureza de atividade são relevantes a um nível de significância de 5% para a explicação da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade das empresas. Ao desconsiderar da amostra as empresas do setor elétrico, apenas as duas primeiras variáveis apresentaram resultados significantes. Conclui-se que os achados da pesquisa corroboram com a teoria positiva da contabilidade e as teorias baseadas na economia política, na medida em que as empresas de grande porte, de grande visibilidade na sociedade e que atuam em segmentos potencialmente poluidores investem em ações socioambientais e divulgam informações dessa natureza nos relatórios, a fim de mitigar as percepções do público de que a rentabilidade dos negócios advém de práticas nocivas ao meio ambiente e à sociedade, fato que pode garantir a sobrevivência e continuidade dos negócios.

Palavras-chave: Relatórios de sustentabilidade. Divulgação de informações sociais e ambientais. BM&FBOVESPA.

Reasons and variables of lack of disclosure of the Sustainability Report of the companies listed on the BM&FBOVESPA

ABSTRACT

The main objective of this research is analyzing the possible reasons for the lack of disclosure of the Sustainability Report or similar documents of the years 2011 and 2012, from companies listed on the BM&FBOVESPA. To reach that, it was adopted a theoretical and empirical study with descriptive and explanatory nature, giving a qualitative and quantitative approach to the topic. The qualitative method was employed to obtain, through secondary data - read the item 7.8 – while the primary data was obtained by a survey among the companies that had no information on the item 7.8. Subsequently, the quantitative approach was used, being characterized by the application of tools for statistical analysis, which identifies some factors that influence the lack of disclosure. From the theories related to social and environmental disclosure, seven hypotheses - factors linked to individual companies, which include size, profitability, audit, sustainability, corporate governance, internationalization and nature of activity - were formulated and tested by logistic regression analysis (logit), implemented in SPSS software. Empirical evidence shows that among the 329 companies that comprise the research sample, 256 have not provided evidences about the publication of the Sustainability Report 2011, and 112 companies reported reasons to the absence of such disclosure. The analysis related to disclosure of the same report, corresponding to the year 2012, it was found that 245 companies have not adopted this practice and again 112 companies reported such reasons. The most common reason related by the companies for non-disclosing the reports are: (i) the company discloses such information in other sources; (ii) absence of internal structure; (iii) the report is released by the economic group; (iv) the company currently does not perform operational activities and (v) the company has no direct initiative to the topic and / or believes that such information is not leading to the conduct of business and do not generate environmental impacts. The logistic regression analysis showed that the variables like size, sustainability and nature of activity are relevant to a significance level of 5% on the explanation of the lack of disclosure of the Sustainability Report. When companies belonging to the to the electricity sector are taken out from the sample universe, only the first

two variables (size, sustainability) showed significant results. The results obtained could confirm with use of positive accounting theory and theories based on political economy, that big corporations, with remarkable social impact and working in potentially polluting sectors are the ones most investing in environmental initiatives. These companies associate the disclosure of the report with a possibility of minimizing the idea that the profitability comes from practices harmful to the environment and society. This approach may ensure the survival and continuity of their business.

Keywords: Sustainability reports. Disclosure of social and environmental information. BM&FBOVESPA.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Visão geral da teoria da agência.....	31
Tabela 2 – Quantidade e percentual de empresas que divulgaram o Relatório de Sustentabilidade ou similar.....	68
Tabela 3 – Número de empresas que não divulgaram o Relatório de Sustentabilidade e que relataram os motivos da ausência da divulgação.....	71
Tabela 4 – Motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar dos anos de 2011 e 2012.....	73
Tabela 5 – Estatísticas descritivas das variáveis explicativas quantitativas.....	87
Tabela 6 – Estatísticas descritivas das variáveis explicativas qualitativas.....	87
Tabela 7 – Classificação final.....	91
Tabela 8 – Significância das variáveis do modelo.....	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Os estágios da evolução da Contabilidade Social	35
Quadro 2 – Razões para divulgar e não divulgar informações ambientais voluntariamente	37
Quadro 3 – Custos e benefícios da divulgação social e ambiental.....	38
Quadro 4 – Variáveis consideradas nos estudos sobre evidenciação de informações socioambientais	46
Quadro 5 – Categorias e aspectos das diretrizes da GRI - G4	50
Quadro 6 – Amostra da pesquisa segregada por setor e subsetor	53
Quadro 7 – Exemplos dos motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar associados à Categoria 1	74
Quadro 8 – Exemplos dos motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar associados à Categoria 2	76
Quadro 9 – Exemplos dos motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar associados à Categoria 3	77
Quadro 10 – Exemplos dos motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar associados à Categoria 4	78
Quadro 11 – Exemplos dos motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar associados à Categoria 5	79
Quadro 12 – Exemplos dos motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar associados à Categoria 6	80
Quadro 13 – Exemplos dos motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar associados à Categoria 7	81
Quadro 14 – Exemplos dos motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar associados à Categoria 8	82
Quadro 15 – Exemplos dos motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar associados à Categoria 9	84
Quadro 16 – Exemplos dos motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar associados à Categoria 10	85
Quadro 17 – Exemplos dos motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar associados a Categoria 11	86
Quadro 18 – Síntese das hipóteses formuladas e estudos comparativos	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AICPA – *American Institute of Certified Public Accountants*
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas
FASB – *Financial Accounting Standard Board*
GRI – *Global Reporting Initiative*
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ISAR/UNCTAD – *Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting*
ONG – Organização não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
ROA – Retorno sobre o Ativo
SEC – *Security and Exchange Commission*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	19
1.2 TEMA E PROBLEMA	23
1.3 OBJETIVOS DE PESQUISA	23
1.4 JUSTIFICATIVAS	24
1.5 DELIMITAÇÕES	25
1.6 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA	25
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	27
2.1 TEORIAS RELACIONADAS À EVIDENCIAÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL	27
2.1.1 Teoria da divulgação.....	27
2.1.2 Teoria positiva da contabilidade e teoria da agência	29
2.1.3 Teorias baseadas na economia política	32
2.2 EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS	34
2.3 RELATÓRIOS SOCIOAMBIENTAIS	47
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	51
3.1 TIPOLOGIA E ESTRATÉGIAS DA PESQUISA	51
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	52
3.3 DESENVOLVIMENTO DAS HIPÓTESES DA PESQUISA ...	54
3.3.1 Tamanho (TAM)	55
3.3.2 Rentabilidade (RENT)	55
3.3.3 Auditoria (AUD).....	56
3.3.4 Sustentabilidade (SUST).....	57
3.3.5 Governança corporativa (GOV_CORP).....	57
3.3.6 Internacionalização (INT)	58
3.3.7 Natureza da atividade (NAT_ATIV)	59
3.4 CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA	59
3.5 COLETA DOS DADOS	60
3.6 ANÁLISE DE REGRESSÃO LOGÍSTICA	61

3.6.1 Modelo geral	62
3.6.2 Medidas de avaliação do modelo logístico.....	63
3.7 LIMITAÇÕES.....	65
4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	67
4.1 ABORDAGEM DO PROBLEMA DE PESQUISA DE MANEIRA QUALITATIVA	67
4.2 ABORDAGEM DO PROBLEMA DE PESQUISA DE MANEIRA QUANTITATIVA.....	86
5. CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS.....	97
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICES.....	115

1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo aborda as considerações iniciais pertinentes à pesquisa e para tal apresenta uma breve contextualização acerca da evidenciação de informações sociais e ambientais, o tema, problema, os objetivos traçados, as justificativas para a realização do estudo, as delimitações, bem como a organização da pesquisa.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O desenvolvimento da economia mundial acarretou a aceleração do consumo dos recursos naturais e do problema da poluição ambiental. Diante disso, cresceram nas últimas décadas, a mobilização e a preocupação da sociedade com temas ligados a questões ambientais e sociais.

As manifestações sobre as agressões ao meio ambiente começaram devido à poluição do ar; à contaminação dos solos; dos rios e dos mares e a degradação de áreas férteis. Dessa forma, percebe-se que as agressões ocasionadas pelas empresas poderiam comprometer o futuro dos investimentos, em vista disso o mercado selecionou as empresas comprometidas com a preservação, a manutenção e a recuperação do meio ambiente. Por sua vez, a sociedade começou a cobrar delas mais responsabilidade socioambiental (COSTA; MARION, 2007).

Ganha cada vez mais ênfase no cenário nacional e internacional a transparência socioambiental no contexto empresarial, como resposta às demandas sociais relacionadas ao consumo de recursos naturais, gestão ambiental, impactos ambientais como resíduos, emissões, efluentes e áreas degradadas, gerados pela atividade operacional e os reflexos no clima, biodiversidade e saúde humana.

A intervenção socioambiental no meio empresarial, seja de forma legal ou estratégica, divide a opinião dos gestores entre agir em conformidade com a lei ou assumir o compromisso social e ambiental, visando alcançar a competitividade estratégica. Os gestores entendem que a sustentabilidade pode impactar nos cenários corporativos. Assim, diante dos empecilhos para alcançá-la, é necessário que eles compreendam em que local as empresas estão, para onde elas precisam ir e como alcançarão os objetivos do desenvolvimento sustentável (BERNS *et al.*, 2009).

Nessa linha, as empresas focadas no desenvolvimento empresarial sustentável tendem a divulgar informações ambientais e

sociais, incluindo o impacto ambiental decorrente das atividades, a compensação da poluição, investimentos de proteção ambiental, processos ambientais, políticas de proteção ao meio ambiente adotadas pela companhia, repasses de recursos para fundos sociais, doações (ZHONGFU; JIANHUI; PINGLING, 2011; GRAY; KOUHY; LAVERS, 1995).

Diante desse fato, surge uma demanda por informações que contemple mais detalhes das medidas que as empresas adotam para manter o ciclo sustentável dos negócios. Essa demanda pode ser suprida via evidenciação social e ambiental. Neu, Warsame e Pedwell (1998) destacam a prática de reportar informações de caráter social e ambiental como uma das estratégias utilizadas pelas empresas para buscar aceitação e aprovação das atividades na sociedade.

A evidenciação socioambiental é compreendida como um meio utilizado pelas empresas para atender à demanda informacional de um determinado usuário (governo, instituições financeiras, acionistas, administradores, funcionários, fundações, associações, ONG etc.), no que tange informações de caráter social e ambiental. Essas informações normalmente são divulgadas nos *websites* das empresas ou via relatório (Demonstração Financeira Padronizada, Relatório Anual, Balanço Social, Relatório de Sustentabilidade), sendo este, destacado na literatura internacional (KOLK, 2008; FARNETI; GUTHRIE, 2009) e nacional (SILVA *et al.*, 2012), como o relatório preferível pelas empresas para a prática do *disclosure* socioambiental.

De acordo com Deegan (2002), o Governo, os executivos e os profissionais da área contábil e afins têm demonstrado acentuado aumento na intenção de se dedicar a questões ambientais e sociais, principalmente na área de reporte de informações para os usuários externos. No entanto, pesquisas apontam a falta de uniformidade para divulgação destas informações (ARRAES; DINIZ, 2001; BEETS; SOUTHER, 1999; COSTA; MARION, 2007). No Brasil, esse fato pode ser explicado, pois, essa prática, embora seja recomendação para a divulgação (Parecer de Orientação n.º 15/87 e 17/89 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC-T n.º 15 aprovada pela Resolução n.º 1.003/04 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC)) não possui caráter obrigatório, – com exceção das concessionárias e permissionárias de energia elétrica reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em que há a obrigatoriedade de difundi-las –, ou seja, a prática é realizada voluntariamente pelos gestores das empresas.

A ANEEL, por meio do Despacho nº. 3.034/2006, instituiu o modelo para elaboração do Relatório de Responsabilidade Socioambiental das empresas de energia elétrica. De acordo com Zhongfu, Jianhui e Pingling (2011), por não haver claramente algo estipulado em leis, o nível de divulgação de informações ambientais e sociais ainda depende do comportamento voluntário dos gestores das empresas.

No Brasil, a maioria das empresas elaboram os relatórios socioambientais seguindo três modelos: o Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); os indicadores de responsabilidade social empresarial do Instituto ETHOS e o Relatório de Sustentabilidade baseado nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), este é o mais utilizado na atualidade no contexto nacional e internacional.

De acordo o GRI (2013b), a *Global Reporting Initiative* é uma instituição sem fins lucrativos, responsável pela emissão dos padrões de relatórios de sustentabilidade mais empregado atualmente no mundo. Em maio de 2013, o GRI lançou a quarta geração de suas Diretrizes – G4. Desde a primeira divulgação do relatório socioambiental nos padrões estabelecidos pela GRI, que ocorreu em 1999, até a data de 14/03/2013, publicaram-se 12.734 relatórios, vinculados a 4.989 empresas de todo o mundo.

O primeiro Relatório de Sustentabilidade no Brasil seguindo as diretrizes dessa instituição foi publicado pela empresa Natura, no ano 2000. Desde então, até 14/03/2013, 213 empresas serviram-se desse modelo para elaborar os relatórios socioambientais (GRI, 2013a). Contudo, mediante análise na base de dados disponibilizada no *website* da Instituição, nota-se que o número de empresas que divulgam estes relatórios no Brasil, ainda é reduzido, se comparados à quantidade de organizações existentes no país.

Atualmente, a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA) é composta por 521 companhias, pertencentes a 95 segmentos de mercado (BM&FBOVESPA, 2013). Mediante análise dos dados no *website* da GRI, nota-se que o Relatório de Sustentabilidade divulgado no ano de 2011 (ano base 2010) foi apresentado por 55 companhias. No ano seguinte, 2012 (ano base 2011), o número diminuiu, sendo que o relatório foi divulgado por 28 empresas. Embora os dados apresentados representem momentos cronológicos distintos – 2010, 2011 e 2013 – sabe-se que muitas empresas divulgam tais relatórios e não disponibilizam na página eletrônica do GRI, a intenção

deste parágrafo é ressaltar a proporção mínima de empresas listadas na BM&FBOVESPA que divulgam os relatórios socioambientais.

Assim, diante da crescente demanda por informações ambientais e sociais, como anteriormente destacado, a BM&FBOVESPA e a CVM, representando os órgãos reguladores dos mercados de capitais no Brasil, vêm-se manifestando sobre o assunto a fim de orientarem que as companhias listadas na BM&FBOVESPA informem em relatório específico – Formulário de Referência –, os motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar.

No dia 23 de dezembro de 2011, a BM&FBOVESPA emitiu o Comunicado Externo 017/2011-DP, direcionado aos participantes dos mercados da BM&FBOVESPA (BVMF) – segmento BOVESPA e empresas listadas, o qual relata a seguinte informação:

[...] a BM&BOVESPA passa a recomendar que as empresas listadas indiquem, a partir de 2012, no Formulário de Referência (item 7.8 “Descrição das relações de longo prazo relevantes da companhia que não figurem em outra parte deste formulário”), se publicam Relatório de Sustentabilidade ou similar e onde está disponível. Em caso negativo, devem explicar por que não fazem. (BM&FBOVESPA, p. 1, 2011).

Em complemento a esta recomendação, a CVM publicou no dia 09 de maio de 2012, o Ofício Circular CVM/SEP/Nº03/2012, que trata das orientações gerais sobre a elaboração do Formulário de Referência. No item 7.8 – Informações sobre relações de longo prazo relevantes do emissor, da recomendação é ressaltado que:

[...] Neste item do Formulário, o emissor também pode informar se elabora e divulga relatório de sustentabilidade ou documento similar (relatório integrado, relatório anual com informações sociais e ambientais, balanço social, relatório de responsabilidade social etc.) e indicar o endereço eletrônico na rede mundial de computadores onde o mesmo pode ser consultado. Também podem ser comentados eventuais projetos de implantação da prática de elaboração e divulgação de relatório de sustentabilidade ou documento similar, estágio de desenvolvimento e tempo estimado para sua adoção (CVM, p. 24, 2012).

Em nível internacional, outras entidades como o *The Institute for Social and Ethical Accountability*, *World Business Council for Sustainable Development*, *Council on Economic Priorities, Securities and Exchange Commission (SEC)*; *Financial Accounting Standard*; *American Institute of Certified Public Accountants*, *International Accounting Standards Board* e o próprio GRI têm-se manifestado e publicado diretrizes e orientações sobre esse tema.

1.2 TEMA E PROBLEMA

O interesse e os debates sobre os temas “sustentabilidade” e “problemas socioambientais” vêm ganhando notoriedade e crescem nos últimos anos. Constantemente, cientistas e estudiosos apresentam na mídia dados e projeções alarmantes sobre o futuro do planeta terra, fatos esses que preocupam toda a sociedade. À medida que os problemas socioambientais se agravam, aumenta a preocupação da sociedade com os aspectos associados à degradação do meio ambiente, poluição, mudanças climáticas, exaustão dos recursos naturais (RIBEIRO; VAN BELLEN; CARVALHO, 2011) e cresce a consciência pública do papel das organizações buscarem meios/processos de mitigar os impactos causados ao meio ambiente e a sociedade decorrentes de suas atividades (HACKSTON; MILNE, 1996).

Assim, a fim de suprir essa demanda, as organizações passaram a elaborar e divulgar os relatórios de sustentabilidade contendo informações relacionadas principalmente aos aspectos sociais, ambientais e econômicos inerentes aos negócios. No entanto, como já destacado anteriormente, muitas delas, por motivos ainda desconhecidos e poucos explorados na literatura, não adotam tais práticas.

Os relatos apresentados objetivam introduzir o tema desta pesquisa, que contempla os motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar, das companhias brasileiras de capital aberto. Dentro dessa temática, levanta-se a seguinte questão-problema: **Quais são os fatores explicativos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar, referente aos anos de 2011 e 2012, das empresas listadas na BM&FBOVESPA?**

1.3 OBJETIVOS DE PESQUISA

Em resposta ao problema exposto, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar os possíveis motivos da ausência da divulgação do

Relatório de Sustentabilidade ou similar correspondente aos anos de 2011 e 2012, das empresas listadas na BM&FBOVESPA.

Para tanto, foi necessário definir determinados objetivos específicos de forma a operacionalizar a pesquisa, tais como:

- a) descrever em categorias os motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar divulgado pelas empresas;
- b) relacionar os fatores explicativos para a ausência da divulgação do relatório de sustentabilidade ou similar pelas empresas; e
- c) apresentar uma síntese dos resultados encontrados quanto aos Relatórios de Sustentabilidade, as conclusões destes entre os questionários.

1.4 JUSTIFICATIVAS

A relevância da pesquisa está centrada na importância de estudar a ausência da divulgação dos relatórios socioambientais, pois, esses são destacados na literatura nacional e internacional, como um dos meios utilizados pelas empresas para atender à demanda informacional da sociedade, no que tange a relatos associados ao meio ambiente e à sociedade. Além disso, este estudo trata-se de uma abordagem inédita no país, dado que a CVM emitiu o Ofício Circular supracitado, orientando que as empresas relatem tal informação no Formulário de Referência do ano de 2011, publicado em 2012.

O estudo baseia-se em premissas essenciais para a realização de uma pesquisa científica: a realização do estudo em tempo hábil, uma vez que as informações estão presentes em sítios eletrônicos; ineditismo do tema em nível nacional; recursos financeiros suficientes; escassez da literatura acerca do tema, principalmente no que se refere a pesquisas de caráter explicativo; “a crescente demanda da sociedade por maior *accountability* no que tange à relação das empresas com o meio ambiente” (ROVER *et al.*, 2008, p. 2).

O tema sustentabilidade está em evidência no Brasil. Tramita no Senado Federal o Projeto de Lei nº. 289 de 2012, que altera a Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para dispor sobre a obrigatoriedade de Relatório de Sustentabilidade para as companhias ou sociedades anônimas. Neste Projeto, destaca-se, com base em uma pesquisa divulgada pelo BM&FBOVESPA, o universo ainda muito pequeno de empresas que elaboram tal relatório no Brasil, cerca de 21% das

companhias de capital aberto. De acordo com o Projeto supracitado “o mercado financeiro vem ampliando seu interesse em conhecer as empresas que adotam condutas ambientais, sociais e de gestão responsáveis. Essas informações são essenciais para balizar o comportamento dos acionistas, tanto nacionais quanto estrangeiros [...]”.

A pesquisa de Neu, Warsame e Pedwell (1998) estuda a evidenciação socioambiental como um método eficaz de gestão de impressões externas. Portanto, devido à preocupação dada ao tema nos últimos anos, estudar a evidenciação de informações ambientais e sociais torna-se um meio viável de monitorar quais as medidas que as organizações tomam para compensar os danos socioambientais decorrentes das atividades.

Além disso, como no contexto acadêmico brasileiro e em pesquisas sociais nacionais a abordagem explicativa é pouco explorada, pretende-se explicar, a partir de ferramentas estatísticas, os fatores que explicam a ausência da divulgação destes relatórios.

1.5 DELIMITAÇÕES

Os dados coletados limitam-se às informações divulgadas no item 7.8 “Relações de longo prazo relevantes” do Formulário de Referência (ano base 2011 e 2012) e recebidas por meio do questionário.

A aplicação de questionário no levantamento do tipo *Survey* foi a técnica que permitiu mapear – para os casos que as empresas não preencheram o item 7.8 supracitado ou quando preencheram, não forneceram evidências conclusivas – os motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar.

1.6 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa está estruturada da seguinte forma: no primeiro capítulo contextualiza-se o tema do estudo; no capítulo 2, faz-se a revisão da literatura com foco na evidenciação de informações sociais e ambientais; no capítulo 3, são descritos os procedimentos metodológicos que conduzem à pesquisa nos seguintes tópicos: tipologia e estratégias da pesquisa, população e amostra, desenvolvimento das hipóteses, construção do instrumento de pesquisa, coleta dos dados, análise de regressão logística e limitações. A seção 4 apresenta a análise dos resultados e a discussão com a literatura revisada, por último são expostas as conclusões, bem como as sugestões para futuros trabalhos, seguido das referências e apêndices.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No intuito de nortear esta pesquisa e apresentar conceitos inerentes ao tema de estudo, abordam-se os seguintes tópicos na fundamentação teórica: teorias relacionadas à evidenciação social e ambiental; evidenciação de informações sociais e ambientais e relatórios socioambientais. Cabe ressaltar que embora haja informações de caráter social, ambiental, econômico, financeiro nos relatórios de sustentabilidade ou similar, o foco da presente pesquisa está voltado aos relatos de natureza socioambiental.

2.1 TEORIAS RELACIONADAS À EVIDENCIAÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL

De acordo com Hackston e Milne (1996), pesquisadores da área contábil começaram a articular perspectivas teóricas em suporte da contabilidade social corporativa. Nessa linha, constatou-se na revisão da literatura que não há a predominância de uma teoria para explicar a evidenciação de informações sociais e ambientais por parte das empresas, mas sim inúmeras delas que se relacionam e se complementam (ROVER, 2009, p. 26).

A fim de atender o propósito desta pesquisa e embasar as hipóteses formuladas na próxima seção, são fundamentadas a seguir as seguintes teorias: teoria da divulgação, teoria positiva da contabilidade, teoria da agência e teorias baseadas na economia política, estando esta dividida em teoria dos *stakeholders* e teoria da legitimidade.

2.1.1 Teoria da divulgação

A teoria da divulgação, também denominada teoria do *disclosure*, formou-se nas últimas décadas do século XX, contrapondo a contabilidade baseada em normas (normativa), em relação à metodologia e aos objetivos, visa explicar o fenômeno da divulgação das informações financeiras (ROVER, 2009).

Verrecchia (2001, p. 98) defende a inexistência de uma teoria unificada de divulgação e destaca que:

[...] não há uma teoria de divulgação abrangente ou unificada, ou pelos menos, nenhuma a qual eu me sinta confortável para identificar como tal. Na literatura sobre divulgação, não há um paradigma

central, nem uma noção convincente que dá origem a toda a investigação subsequente, nenhuma teoria bem integrada [...] (tradução livre).

Na pesquisa de Verrecchia (2001), o autor analisou na literatura inúmeros modelos de divulgação e ressaltou, para as pesquisas em contabilidade acerca desse tema, as seguintes categorias de divulgação:

- (i) Divulgação baseada na associação (*Association-based disclosure*): as pesquisas têm como premissa a noção de que a divulgação é exógena (que tem causas externas). Elas objetivam examinar a relação ou associação entre a divulgação e as mudanças no comportamento dos investidores, os quais competem em cenários de mercado de capitais visando maximizar os lucros.
- (ii) Divulgação baseada em julgamento (*Discretionary-based disclosure*): elas postulam arranjos de divulgação endógenos (que se forma do interior; afetam o indivíduo de dentro para fora). Objetivam investigar como os gestores das empresas optam em divulgar determinadas informações, ou seja, foca-se em identificar os motivos da divulgação.
- (iii) Divulgação baseada em eficiência (*Efficiency-based disclosure*): objetivam examinar se existem, na ausência de conhecimento passado sobre tais informações, arranjos de divulgação eficientes que seriam preferidos incondicionalmente, ou seja, a divulgação ainda não ocorreu.

Em virtude do que se objetiva nesse trabalho, apenas a divulgação baseada em julgamento, também definida por Salotti e Yamamoto (2005) como teoria da divulgação voluntária, será fundamentada. De acordo com Bushman e Smith (2001), por meio da divulgação voluntária se tem um conjunto de informações que tendem reforçar a credibilidade e a confiança da empresa para com as partes relacionadas, e apoiar os usuários destas informações nas análises de investimentos. Portanto, essa prática aumenta a qualidade e transparência das informações divulgadas, ou seja, quanto maior o nível de eficiência e o grau de detalhamento das informações peculiares ao

contexto operacional da empresa, maior segurança terão as partes interessadas pelas informações na tomada de decisão.

No entanto, destaca-se na literatura a ausência de habitualidade na prática da divulgação voluntária por parte das empresas e de seus gestores (LANG; LUNDHOLM, 1992), e quando ocorre, ainda é de maneira parcial (CORE, 2001) embora foque, na maioria dos casos, em informações favoráveis (DYE, 2001). De acordo com Murcia e Santos (2009), a divulgação voluntária ocorre apenas se os benefícios provenientes dela forem superiores aos custos incorridos. Portanto, a prática de evidenciação de informações voluntária será constante quando os efeitos impactarem positivamente para a organização (DOBLER, 2005).

Murcia (2009, p. 50) destaca que “além de auxiliar os usuários externos no monitoramento dos gestores e contribuir para uma alocação mais eficiente dos recursos no mercado de capitais, a divulgação voluntária de informações, também, traz benefícios para as próprias empresas”, tais como, aumento da liquidez das ações (LEUZ; VERRECCHI, 2000), menor custo de capital próprio (LEUZ; VERRECCHIA, 2000; BOTOSAN, 1997), e de terceiros (LIMA, 2007), redução dos riscos associados às ações das companhias (MEDEIROS; QUINTEIRO, 2005), além da atração de investidores (BUSHEE; NOE, 2000).

Contudo, é evidente que existam custos para divulgação dessas informações, e estes custos aumentam concomitante ao aumento do volume de informações divulgadas. No Brasil, por exemplo, existem os custos com publicações em jornais das demonstrações financeiras (MURCIA, 2009). Verrecchia (2001) cita os custos com auditoria externa, com o quadro de pessoal envolvido na elaboração dos relatórios contábeis e financeiros e o custo de propriedade.

Cormier e Gordon (2001) destacam que a divulgação de informação social e ambiental das organizações está associada aos custos de propriedade, uma vez que eles surgem a partir da existência de informações confidenciais. Assim, as divulgações dessa natureza podem representar custos significativos para uma organização quando tornados públicos, ou seja, quando os custos são excluídos dos relatórios financeiros, eles podem vir a afetar o preço das ações ou a reputação da empresa quando divulgados.

2.1.2 Teoria positiva da contabilidade e teoria da agência

Ness e Mirza (1991) enfatizam que apesar de inúmeras tentativas no meio acadêmico para desenvolver uma teoria de divulgação social, as normas relevantes ainda são ilusórias, tendo em vista que as teorias normativas resultam muitas vezes em controvérsias, fato esse que sugere o uso de uma abordagem descritiva positiva. Assim, os pesquisadores que adotam de abordagem positiva para a teoria da contabilidade focam na observação dos fatos do mundo real (o que está acontecendo) e a relação entre eles, diferentemente dos pesquisadores que seguem uma abordagem normativa, em que se questiona, por exemplo, o que as empresas devem fazer.

Na pesquisa de Watts e Zimmerman (1978), em que as bases da teoria positiva da contabilidade são traçadas, os autores relacionam o tamanho e a rentabilidade das organizações com a sua visibilidade na sociedade e os custos políticos. Rover (2009, p. 27) relata que “empresas maiores e mais rentáveis chamam mais atenção de grupos de pressão na sociedade, que demandam ações políticas para redistribuir a riqueza por elas gerada”.

Sob a ótica desta pesquisa, entende-se que empresas de grande porte e de grande visibilidade na sociedade investem em ações socioambientais e divulgam informações dessa natureza nos relatórios, mesmo que isso minimize os lucros, a fim de mitigar as percepções do público de que a rentabilidade dos negócios advém de práticas nocivas ao meio ambiente e à sociedade.

Sob o paradigma da Teoria Positiva da Contabilidade, considera-se a hipótese de que práticas de evidenciação voluntárias podem ser adotadas como estratégia para reduzir custos políticos. Sob esse enfoque, tais evidenciações podem atuar como escudo contra certas exigências ou punições de órgãos reguladores, entidades de classe, imprensa, ambientalistas, grupos de defesa dos consumidores e outros agentes que também podem exercer influência sobre os resultados da empresa. Seguindo essa mesma lógica, pode-se considerar a hipótese de que empresas recorrem a evidenciações de conteúdo social e ambiental para tentar recuperar a legitimidade, especialmente quando abaladas por eventos que possam ter prejudicado a imagem perante os *stakeholders*.

Destaca-se que a teoria positiva da contabilidade, que engloba a teoria da agência pode fornecer evidências para explicar a incidência da divulgação de informações sociais e ambientais nos relatórios das empresas (NESS; MIRZA, 1991). De acordo com Eisenhardt (1989), a teoria da agência ampliou a discussão iniciada durante a década de 1960 por economistas que exploraram os riscos de compartilhamento entre os

indivíduos ou grupos, e descreveu tal risco como aquele que surge quando as partes cooperantes têm diferentes atitudes em relação a ele.

A teoria da agência dirige-se em relação à agência onipresente, em que uma parte delega o trabalho à outra (quem realiza o trabalho), nesse caso, o principal (acionista) e o agente (gestor), nesta ordem, e tenta descrever essa relação usando a metáfora de um contrato. Na percepção de Eisenhardt (1989), esta teoria preocupa-se com a resolução de dois problemas que podem ocorrer na relação de agência. O primeiro problema está atrelado a dois fatores: (i) aos desejos ou objetivos do principal e o conflito do agente e (ii) à dificuldade e os altos custos para o principal verificar o que o agente está realmente fazendo. Já o segundo problema é o de risco de compartilhamento que surge quando há diferentes atitudes em relação ao risco por parte do principal e do agente, ou seja, os dois podem preferir ações diferentes em virtude das diferentes preferências de riscos.

Na Tabela 1, Eisenhardt (1989) fornece uma visão geral da teoria da agência.

Tabela 1 – Visão geral da teoria da agência

Ideia chave	A relação entre o agente e o principal deve refletir a organização eficiente dos custos de informação e de suporte de risco
Unidade de análise	Contrato entre o principal e o agente
Suposições humanas	Interesse pessoal Racionalidade limitada Aversão ao risco
Suposições organizacionais	Conflito parcial de objetivo entre os participantes Eficiência como critério de eficácia Assimetria de informação entre o principal e o agente
Suposição da informação	Informação como mercadoria comprável
Problemas de contratação	Agência (risco moral e seleção adversa) Compartilhamento de riscos

Domínio do problema

Relacionamentos em que o principal e o agente têm parcialmente diferentes objetivos e preferências de riscos (compensação, regulação, liderança, gestão de impressões, denúncias, integração vertical, preços de transferências)

Fonte: Adaptado de Eisenhardt (1989, p. 59).

A teoria da agência determina que os gestores das empresas somente disponibilizarão de informações socioambientais nos relatórios das empresas se os benefícios da divulgação superarem os custos associados a ela. Assim, os custos de agência ocorrem quando o agente, agindo em seu interesse próprio, pratica ações em detrimento financeiro da empresa e do principal (NESS; MIRZA, 1991). Nesta linha, Watts (1977) descreve que os gestores suportam os custos de agência devido ao fato de que os relatórios divulgados pelas empresas (Relatório Anual, Relatório de Sustentabilidade) são o principal meio de veiculação de informações relevantes aos acionistas.

2.1.3 Teorias baseadas na economia política

Na percepção de Liu e Anbumozhi (2009), as teorias baseadas na economia política parecem melhor explicar as razões de as empresas fornecerem evidências ao governo e à sociedade sobre os impactos sociais. As perspectivas da economia política incluem a teoria dos *stakeholders* e a teoria da legitimidade.

A teoria da economia política reconhece de maneira explícita os conflitos de poder existentes na sociedade e as várias lutas que ocorrem entre os diferentes grupos da sociedade. Nessa teoria, a sociedade, a política e a economia são inseparáveis, ou seja, questões econômicas não podem ser investigadas na ausência de considerações sobre o quadro social, político e institucional na qual ocorre a atividade econômica (DEEGAN, 2002).

Assim, a perspectiva da economia política tem os relatórios contábeis como documentos sociais, políticos e econômicos. “Eles servem como uma ferramenta para a construção, manutenção e legitimação de acordos econômicos e políticos, instituições, e temas ideológicos que contribuem para os interesses privados da corporação” (GUTHRIE; PARKER, 1990, p. 166). Portanto, por meio da

evidenciação social e ambiental é possível transmitir significados sociais, políticos e econômicos para um conjunto de destinatários.

2.1.3.1 Teoria dos *Stakeholders*

A ideia de *stakeholders* (partes interessadas) sugere a formulação e implantação de processos por parte dos gestores que satisfaçam todos e somente os grupos que têm a participação nos negócios. O foco deste processo é gerenciar e integrar as relações e os interesses dos acionistas, clientes, fornecedores, sociedade de forma a garantir o sucesso em longo prazo da organização (FREEMAN; MCVEA, 2000).

Na teoria dos *stakeholders* afirma-se que a existência de uma organização requer o apoio das partes interessadas e a aprovação deve ser buscada, ou seja, as atividades da organização devem ser ajustadas para garantir tal aprovação (LIU; ANBUMOZHI, 2009). A partir das perspectivas da economia política, a teoria dos *stakeholders* emerge como a perspectiva teórica dominante para a análise da evidenciação social e ambiental. A prática de divulgação de informações dessa natureza pode ser vista como um meio de diálogo entre a organização e as partes interessadas (LIU; ANBUMOZHI, 2009).

Desta maneira, a teoria dos *stakeholders* assume que as empresas têm a capacidade de influenciar a sociedade em geral e as partes interessadas (LIU; ANBUMOZHI, 2009), sendo que, na visão de Freeman e McVea (2000), os processos gerenciais das organizações devem visar suprir as demandas informacionais oriundas deles.

2.1.3.2 Teoria da legitimidade

De acordo com Deegan (2002), as organizações existem uma vez que a sociedade as considera legítimas e, se assim for, a sociedade confere sobre elas o estado de legitimidade. Patten (1991) destaca que a teoria da legitimidade pode ser diretamente relacionada ao conceito de um contrato social. Qualquer organização, sem exceção, opera na sociedade por meio de um contrato social (DEEGAN, 2002) ou documento similar. “A sociedade (como um conjunto de indivíduos) oferece às empresas os atributos e direitos legais e a autoridade de possuir e usar os recursos naturais e contratar empregados” (MATHEWS, 1993, p. 26).

Na percepção de Deegan (2002), a sobrevivência de uma empresa poderá ser ameaçada se a sociedade julgar que a organização tenha violado o contrato social. Dessa forma, caso a sociedade considere que uma organização não esteja operando em um nível aceitável, nem

legítimo, ela pode revogar o contrato social, acarretando a descontinuidade das operações da empresa. Isso pode ocorrer devido à redução dos consumidores ou eliminação da demanda por produtos da empresa, aplicação de multas e sanções por ações que não estejam de acordo com as expectativas da comunidade, elevação dos tributos pelo governo ou proveniente da escassez de mão de obra (DEEGAN, 2002).

Os gestores das empresas reconhecem que o acordo entre as ações das companhias e os valores dos públicos relevantes (público interessado nas informações ambientais – *Stakeholder* e Órgãos Reguladores) é essencial para a sobrevivência de uma organização (NEU; WARSAME; PEDWELL, 1998; DOWLING; PFEFFER, 1975).

A evidenciação social e ambiental mediante formação da percepção externa influencia na imagem que a sociedade tem da organização e de suas atividades (NEU; WARSAME; PEDWELL, 1998). Assim, Walden e Schwartz (1997) enfatizam que a pressão pública pode ajudar a explicar por que as empresas divulgam voluntariamente informações de caráter socioambiental.

2.2 EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

A evidenciação de informações de naturezas distintas ganha importância no contexto organizacional. A procura de informações pelos usuários internos e externos cresce dia após dia na medida em que é necessário entender o contexto empregado e as práticas utilizadas para auxiliar na tomada de decisão.

No contexto social e ambiental essa realidade não é diferente. Rosa *et al* (2011) acreditam que evidenciar informações dessa natureza aumenta a comunicação entre as partes e diminui a assimetria informacional entre a organização e as partes interessadas (acionistas, administradores, funcionários, o governo, entre outros) – os atuais *stakeholders*.

De acordo com Rover, Borba e Borgert (2008), o fato de os impactos ambientais causados pelas empresas refletirem na imagem da organização perante a sociedade, despertou o interesse das companhias em incorporar informações socioambientais nos relatórios, adotar sistemas de gestão ambiental e investir em ações que reduzam os impactos causados por suas atividades ao meio ambiente e sociedade.

Na pesquisa de Epstein (2003), o autor apresenta uma linha histórica – segregada em cinco estágios – da evolução da Contabilidade

Social, do período compreendido entre 1960 até os dias atuais, conforme demonstra o Quadro 1.

Quadro 1 – Os estágios da evolução da Contabilidade Social

Estágios	Anos	Características
1	1960-1969	<p>Antecedentes da contabilidade social</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento de técnicas de mensuração ▪ Avaliação dos programas sociais do Governo ▪ Crescente agitação dos aspectos sociais ▪ Crescentes preocupações sociais do papel das corporações na sociedade
2	1970-1977	<p>Nascimento e desenvolvimento inicial da contabilidade social</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Crescente preocupação corporativa com os impactos sociais ▪ Contribuições acadêmicas para o desenvolvimento de quadros para medição e elaboração de relatórios dos impactos sociais corporativos ▪ Experimentações corporativas com a contabilidade social
3	1978-1986	<p>Declínio da contabilidade social</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Foco corporativo na rentabilidade dos negócios ▪ Foco do governo na prosperidade econômica ▪ Diminuição da agitação dos aspectos e atividades sociais ▪ Falta de institucionalização das preocupações sociais na comunicação corporativa interna ou externa ou na tomada de decisão

4	1987-1998	<p>Renascimento do interesse na contabilidade social</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da regulamentação ambiental ▪ Aumento da preocupação pública e corporativa com os impactos globais sociais, incluindo o meio ambiente, direitos humanos, diversidade dos trabalhadores, ética e qualidade dos produtos
5	1999-presente	<p>Redesenvolvimento da contabilidade social</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento de quadros alternativos, medidas, e normas para a comunicação social externa ▪ Desenvolvimento de técnicas para melhor identificar, mensurar, e gerir os impactos sociais corporativos e integração deles com as decisões gerenciais

Fonte: Adaptado de Epstein (2003)

Segundo Macedo e Cípola (2009), em meados dos anos 1980 houve um incremento significativo da evidenciação socioambiental por parte das empresas, em que se iniciou na academia uma linha de pesquisa voltada a analisar como as empresas divulgam tais informações.

De acordo com Lindstaedt e Ott (2007), os primeiros estudos relativos à evidenciação ambiental nos relatórios das companhias iniciaram-se na década de 1990, embora, nos Estados Unidos da América, o estudo de Igram e Frazier (1980) já discutisse o tema mediante análise do nível de evidenciação ambiental dos relatórios anuais de 50 companhias americanas, no período compreendido entre 1970 e 1974, dos segmentos: siderúrgico, petroquímico, papel e celulose e eletrônico.

A evidenciação de informações sociais e ambientais das companhias cresceu desde as duas últimas décadas (GRAY *et al.*, 2001). Na percepção de Gray *et al.* (1993), o tema se caracterizou como uma

manifestação da interação das organizações com o meio ambiente e sociedade.

Tinoco e Kraemer (2008, p. 262) relatam três questões básicas sobre evidenciação: a quem divulgar a informação, qual o propósito e qual a extensão em que se deve revelar. Assim, estabelece-se o usuário que vai receber as informações possibilitando flexibilidade na maneira e na linguagem como elas devem ser divulgadas.

O nível de evidenciação de informações socioambientais torna-se uma referência, a partir do momento que permite que o mercado faça uma avaliação mais precisa da empresa (ZHONGFU; JIANHU; PINGLING, 2011). Para Rossato, Trindade e Brondani (2009), a evidenciação de informações dessa natureza é parte integrante da responsabilidade assumida pela empresa com o meio ambiente e com a sociedade.

No Quadro 2, Gray *et al.* (1993) descrevem algumas das possíveis razões que podem levar as empresas a divulgar, ou não, informações socioambientais.

Quadro 2 – Razões para divulgar e não divulgar informações ambientais voluntariamente

Razões para evidenciar voluntariamente	Razões para não evidenciar voluntariamente
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Caso não a faça voluntariamente, a divulgação se tornará obrigatória ▪ Legitimar as atividades atuais ▪ Distrair a atenção de outras áreas ▪ Desenvolver a imagem da companhia ▪ Impacto positivo no preço das ações ▪ Benefícios políticos ▪ Vantagem competitiva ▪ Antecipar possíveis ações dos órgãos reguladores ▪ Prestar contas aos acionistas e <i>stakeholders</i> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ausência de incentivos e obrigatoriedade ▪ Custo de elaboração e divulgação ▪ Dados indisponíveis/incompletos ▪ Sigilo ▪ Falta de demanda para a informação ▪ Ausências de requerimentos legais ▪ Nunca pensou sobre o assunto ▪ Outras prioridades de divulgação

Fonte: Adaptado de Gray *et al.* (1993, p. 211)

Os fatores que determinam a divulgação de informações ambientais podem ser agrupados em fatores externos (pressão regulatória, mecanismos competitivos, organizações não governamentais) e internos (capacidade de gestão ambiental da organização, estrutura institucional, capacidade de aprendizagem), apesar de os pesquisadores não terem chegado a um acordo sobre qual é o dominante (LIU; ANBUMOZHI, 2009).

Independente dos fatores, as razões que levam as companhias a praticarem a divulgação dessas informações são complexas, e podem estar relacionadas a custos e benefícios muitas vezes difíceis de serem mensurados (ROVER, 2009). Na pesquisa de Gray e Bebbington (2001) há uma tentativa para identificá-los.

Quadro 3 – Custos e benefícios da divulgação social e ambiental

	Custos	Benefícios
Para a empresa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Coleta e preparação ▪ Crescimento do risco percebido ▪ Aumento dos questionamentos ▪ Reação negativa à informação ▪ Aumento da atenção dos grupos de pressão 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhoria das relações públicas; ▪ Transparência ▪ Melhoria do relacionamento com as partes interessadas ▪ Melhor controle interno
Para a sociedade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elevação dos preços dos produtos da empresa ▪ Menores dividendos ▪ Diminuição dos salários 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da <i>accountability</i> ▪ Melhoria do relacionamento entre a sociedade e as empresas ▪ Decisões sobre sustentabilidade ▪ Diminuição da assimetria informacional dos investidores e melhor alocação de recursos

Fonte: Adaptado de Gray e Bebbington (2001) *apud* Rover (2009).

A literatura nacional e internacional atribui algumas vantagens em evidenciar informações socioambientais, tais como: prestar contas à sociedade (ROSA *et al.*, 2011), método eficaz de gestão de impressões externas (NEU; WARSAME; PEDWELL, 1998); manter com as partes

interessadas a comunicação sobre a gestão ambiental da empresa (WISEMAN, 1982); procurar perante a sociedade a aceitação e aprovação das atividades exercidas pela empresa (RAHAMA; LAWRENDE; ROPER, 2004; LEHMAN; TINKER, 1987); auxiliar na tomada de decisão (CORMIER; GORDON; MAGNAN, 2004; DEEGAN; RANKIN, 1997; ROSA *et al.*, 2012) e ferramenta para a legitimidade (CHO; PATTEN, 2007).

Discute-se na literatura que as empresas cujas atividades econômicas interferem diretamente no meio ambiente são mais propensas a divulgar informações sociais e ambientais (PATTEN, 1991; DIERKES; PRESTON, 1997) em resposta à pressão da opinião pública (GUTHRIE; PARKER, 1990), sendo normalmente essas informações de caráter positivo (DEEGAN; GORDON, 1996).

Costa e Marion (2007) ressaltam que existe uma diferença entre as práticas ambientais reais das empresas com o que é evidenciado e isso deve ser, senão eliminado, diminuído, ou seja, não há uniformidade das informações ambientais divulgadas pelas empresas. Os autores ainda enfatizam que o vínculo de fidelidade com os clientes, neste caso, por meio da transparência do comprometimento com o meio ambiente, pode ser a garantia de sobrevivência das empresas.

Gubiani, Santos e Beuren (2010) observam, assim como outros autores, a escassez do nível de informações socioambientais nos relatórios contábeis das empresas, que normalmente são maquiadas, apresentando somente imagem positiva da organização. Nessa linha, Cormier e Magnan (2007) destacam que as empresas não revelam toda a informação relevante com receio de expô-las a potenciais riscos e ações de terceiros, fato que impactariam nos seus negócios.

Apesar de existir certa coincidência na finalidade dos padrões e dos regulamentos, existem diferenças conceituais básicas entre padronizar e obrigar a evidenciação de informações corporativas (RIBEIRO; VAN BELLEN; CARVALHO, 2011). Então, partindo do pressuposto de que a evidenciação ambiental possui alguns critérios e padrões já estabelecidos, no entanto, isso não a torna obrigatória no Brasil, exceto para as empresas submetidas à regulação da ANEEL, como já destacado anteriormente.

Ressalta-se na literatura nacional (RIBEIRO; VAN BELLEN; CARVALHO, 2011) e internacional (POWER, 1991; GUNNINGHAM; GRABOSKY; SINCLAIR, 1998) que se a informação fosse obrigatória, muitas empresas ficariam preocupadas com os requisitos principais e não se preocupariam com os acontecimentos inéditos ou que

despertassem curiosidade, focando-se apenas nas informações obrigatórias.

Na pesquisa de Azzone, Manzini e Noci (1996), os autores destacam que alguns governos demonstram uma crescente preocupação com a padronização das práticas de relatos ambientais por meio da introdução de normas específicas. Em países como a Dinamarca e a Holanda, os governos estão envolvidos na definição de uma nova lei que torna obrigatório a publicação dos relatórios ambientais. Contudo, Cooper (1992) e Power (1991) são contra a iniciativa de regulamentação, pois, regulamentar prejudicaria a evidenciação ambiental, uma vez que as empresas focariam somente na conformidade, divulgando apenas o que é exigido, perdendo a motivação por novos valores e informações diferenciadas, dissipando a inovação e a criatividade.

Crespo *et al* (2011) relatam que dentre os fatores utilizados para explicar a evidenciação de informações ambientais, destacam-se:

- (i) as variáveis do tipo da empresa: setor, controle de capital e cotação na bolsa de valores;
- (ii) as variáveis de tamanho: número de empregados, volume de vendas, ativo total;
- (iii) as variáveis financeiras: rentabilidade, valor de capitalização das ações na bolsa de valores, endividamento; e
- (vi) variáveis externas: aspectos sociais, políticos e aspectos culturais, influências dos meios, afiliação a organizações não governamentais, pressões sociais, pressões governamentais, pressões de credores e tipo de auditoria.

Lee e Hutchison (2005) apresentam fatores similares, no entanto, os segregam em três grupos:

- Fatores sociais (legislações; legitimação; pressão pública e publicidade)
 - Fatores intrínsecos (ramos de atividade; porte da empresa e relação custo benefício)
 - Fatores individuais (cultura e atitudes)
- Estando todos eles ligados às seguintes decisões de evidenciar:
- Deve-se evidenciar?
 - Quais informações evidenciar?
 - Quando evidenciar?

- Onde evidenciar?
- Quanto evidenciar?

Inúmeros pesquisadores, no âmbito nacional e internacional, têm-se dedicado aos estudos voltados à evidenciação de informações sociais e ambientais. No âmbito nacional, os estudos sobre evidenciação de informações sociais e ambientais nos relatórios das empresas, se comparados a países como Estados Unidos, Inglaterra, Austrália, Nova Zelândia, são iniciantes. No entanto, inúmeros pesquisadores brasileiros têm-se dedicado na última década a pesquisas sobre essa temática.

Utilizando uma amostra composta por 80 companhias de capital aberto, de 17 setores distintos, estabelecidas no Brasil, Calixto (2006) examinou as informações ambientais divulgadas por essas empresas no período de 1997 a 2005. De acordo com o autor, os resultados obtidos confirmaram o pressuposto de que é crescente a divulgação de informações ambientais por parte das empresas, apesar de pequenos decréscimos em 1998, 2002 e 2004. Identificou-se que a maior parte das empresas divulgam informações qualitativas no relatório da administração e em menor escala em notas explicativas. Grande parte delas divulgou informações declarativas sobre o desempenho ambiental, com destaque para os valores investidos em preservação e proteção do meio ambiente, envolvimento com a comunidade e educação ambiental.

Costa e Marion (2007) verificam a uniformidade das informações ambientais divulgadas pelas empresas do setor de papel e celulose, mediante a página eletrônica da BM&FBOVESPA e de seus *websites*, e constataram grande dificuldade na análise destas informações, devido à ausência de uniformidade na estrutura dos relatórios.

A pesquisa de Lindstaedt e Ott (2007) objetivou investigar os aspectos convergentes e divergentes entre as normas e recomendações de evidenciação ambiental emitidas no âmbito norte-americano e brasileiro, em relação ao padrão de divulgação de informações dessa natureza proposto pelo *Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting (ISAR/UNCTAD)*. Os resultados do estudo mostram que tanto as normas norte-americanas emitidas pela SEC, *Financial Accounting Standard Board (FASB)* e *American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)*, focadas principalmente na proteção do investidor, quanto às brasileiras, emitidas pelo CFC e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), apresentam um nível de detalhamento muito inferior ao recomendado pelo ISAR/UNCTAD.

Oliveira *et al.* (2009), mediante aplicação de uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, analisaram a divulgação de informações sociais pelas empresas brasileiras listadas no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA, segundo os Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa contidos no Guia da Organização das Nações Unidas (ONU). Observou-se a partir dos resultados obtidos que as empresas da amostra divulgam indicadores sociais recomendados por essa organização, alinhando sua divulgação a padrões internacionais aceitos.

Com o intuito de identificar os fatores que determinam a divulgação ambiental voluntária das empresas brasileiras potencialmente poluidoras, Rover *et al.* (2009) analisaram as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) e os Relatórios de Sustentabilidade do período de 2005 a 2007 das companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA e pertencentes a setores de alto impacto ambiental. A análise de regressão em painel demonstrou que as variáveis tamanho da empresa, sustentabilidade, empresa de auditoria e publicação do Relatório de Sustentabilidade são relevantes a um nível de significância estipulado na pesquisa para a explicação da evidenciação voluntária de informações ambientais.

Tendo como intuito investigar a inter-relação entre a divulgação ambiental, o desempenho ambiental e o desempenho econômico das companhias de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA, Farias e Ribeiro (2009) adotaram um modelo de equações simultâneas para esse fim. Com base nos resultados na pesquisa, identificou-se que não há inter-relação significativa entre as variáveis, se observadas as características da amostra e dos indicadores utilizados.

O nível de evidenciação ambiental nos relatórios anuais de empresas brasileiras em comparação ao nível de evidenciação ambiental apresentado nos relatórios de empresas que atuam em países economicamente desenvolvidos (Inglaterra e Estados Unidos) foi analisado na pesquisa de Ribeiro, Nascimento e Van Bellen (2009). A coleta dos dados ocorreu nos relatórios anuais de 2007 e a amostra foi composta de companhias que atuam nos segmentos de água e saneamento, petróleo e siderurgia. Os resultados apontam a Inglaterra como o país com o maior índice de evidenciação, seguido pelos Estados Unidos e Brasil.

A pesquisa de Braga *et al.* (2011) objetivou identificar os fatores determinantes do nível de divulgação da informação ambiental das empresas do setor de energia elétrica brasileiro, no período de 2006 a 2009. Mediante aplicação do modelo de regressão com dados em painel,

os resultados encontrados pelos autores descrevem que a divulgação dos indicadores da ANEEL influenciou positivamente o nível de divulgação da informação ambiental no período, da mesma forma que as variáveis “pressão do agente regulador”, “Relatório de Sustentabilidade” e “desempenho econômico” foram significantes neste modelo.

Ribeiro, Van Bellen e Carvalho (2011), a partir da discussão entre tornar a evidenciação ambiental obrigatória ou não, realizaram um estudo objetivando verificar se as práticas de evidenciação ambiental das companhias do setor de petróleo e gás natural de quatro países com similaridades culturais (Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Austrália) reagem aos distintos estímulos regulatórios de seus países de origem. Mediante aplicação do teste estatístico denominado “teste H”, os autores comprovaram que existem diferenças significativas entre os níveis de evidenciação das companhias da amostra pertencentes aos países mais regulados em comparação com os menos reguladores, sendo que as diferenças significativas estavam vinculadas aos itens de divulgação obrigatória, o que comprova que o nível de evidenciação ambiental das companhias reage aos estímulos regulatórios de seus países.

No âmbito internacional, inúmeras pesquisas têm-se dedicado ao tema evidenciação de informações sociais e ambientais, dentre elas destacam-se os trabalhos de Cho, Patten, Roberts, Cormier, Gordon, Magnan, Deegan, Rankin, Gray, Hackston, Milne, autores constantemente citados pela comunidade científica.

No estudo de Hackston e Milne (1996), os autores examinaram os fatores determinantes da evidenciação social e ambiental das companhias situadas na Nova Zelândia e identificaram que as variáveis: tamanho e indústria (segmento de atuação) estão significativamente associados com a quantidade de divulgação, quanto a rentabilidade não. Além disso, os resultados indicam que a relação entre tamanho da divulgação é muito mais forte para as empresas industriais de alto perfil do que para as de baixo perfil.

As práticas de evidenciação ambiental de empresas australianas foram pesquisadas por Deegan e Gordon (1996). Por meio de aplicação de questionário com grupos ambientalistas, os autores identificaram que a extensão da divulgação ambiental corporativa está positivamente associada à preocupação destes grupos sobre o desempenho ambiental das empresas que atuam em determinados segmentos de mercado. Segregou-se a abordagem da pesquisa em três partes, em que se destacam: (i) as práticas de divulgação ambiental adotadas pelas empresas analisadas são auto elogiosa, com empresas promovendo aspectos positivos do seu desempenho ambiental, inibindo a divulgação

de informações negativas; (ii) revisão das práticas de evidenciação ambiental das empresas no período de 1980 a 1991, em que fica evidente o aumento do nível de divulgação ao longo dos anos e (iii) o fato dessa mudança está relacionada ao aumento aparente da preocupação social relacionada às questões ambientais.

Focados na materialidade das informações ambientais para os usuários que utilizam dos relatórios anuais para obter informações, Deegan e Rankin (1997) pesquisaram a importância da informação ambiental no processo de tomada de decisão, se comparado a outras informações de responsabilidade social, desempenho financeiro e posição da organização no mercado. Mediante níveis estatísticos significantes, os autores relatam que os acionistas e indivíduos que têm funções críticas e de gerência dentro de uma organização consideram a informação ambiental como relevante para as decisões particulares que assumem. No entanto, analistas minimizam a materialidade destas informações.

A pesquisa de Gray *et al.* (2001) motivou-se por duas preocupações: (i) constatação de que enquanto as previsões da teoria e as reivindicações dos pesquisadores que a evidenciação social e ambiental pelas empresas está diretamente relacionada ao tamanho, lucro e filiação da companhia era altamente plausíveis, a mesma evidência ainda não havia sido aprofundada no contexto do Reino Unido e (ii) apesar das previsões da teoria e das reivindicações dos pesquisadores, a literatura existente era inconsistente, e, às vezes, fornecia evidências conflitantes sobre a existência e a forma de tais relações. Os resultados da pesquisa apontam evidências convincentes de que estas previsões e reivindicações são procedentes, na medida em que no Reino Unido, pelo menos, a divulgação social e ambiental das empresas está relacionada com características corporativas: tamanho, lucro e filiação.

Cormier e Gordon (2001), interessados nas divulgações sociais e ambientais disponibilizadas nos relatórios das empresas e como elas diferenciam entre empresas públicas e privadas, analisaram três empresas que atuam no segmento de energia elétrica, sendo duas públicas e uma privada. Os resultados da pesquisa destacam que o *status* de propriedade (pública e privada) e o tamanho, que são suscetíveis a afetar a legitimidade, influenciam a quantidade de informações sociais e ambientais divulgada, sendo que as divulgações ambientais parecem estar relacionadas aos custos e benefícios da informação, fato que não ocorre para as divulgações de caráter social.

A pesquisa de Cormier, Gordon e Magnan (2004) objetivou avaliar como as percepções da administração sobre determinados aspectos da divulgação ambiental se relacionam à estratégia atual de divulgação das empresas. Os autores utilizaram um modelo em que a divulgação ambiental da empresa está condicionada acerca da avaliação dos executivos sobre as preocupações corporativas. Os resultados encontrados mostram que existe uma relação entre as atitudes dos gestores ambientais e os vários grupos de interessados, e como os gestores respondem aos interessados mediante decisão de divulgar e as atuais divulgações realizadas, sendo que essa prestação de contas, por sua vez, relaciona-se com a forma como a empresa divulga as informações à sociedade, a fim de alcançar ou manter a sua legitimidade social.

Na pesquisa de Cho e Patten (2007), os autores, a partir de uma amostra composta por 100 empresas, utilizaram grupos combinados de tamanho com base no segmento delas (ambientalmente sensível *versus* não ambientalmente sensível) e desempenho ambiental (melhor desempenho contra pior desempenho) para testar a diferença no uso de componentes litigiosos monetários e não monetários relacionados à evidenciação ambiental. Os resultados indicam que o uso de componentes litigiosos monetários e não monetários relacionados a essa evidenciação varia entre os grupos, e que as empresas pesquisadas utilizam dessa divulgação como ferramenta de legitimação.

Partindo do pressuposto de que as narrativas ambientais nos relatórios das empresas variam sistematicamente de acordo com o desempenho ambiental, Cho, Roberts e Patten (2010) levantaram a hipótese de que as divulgações de piores desempenhos ambientais apresentam significativamente mais otimismo e menos certeza do que as de melhores desempenhos e vice-versa. Com a utilização de um *Software* de análise de conteúdo para determinar a pontuação de otimismo e certeza das divulgações, denominado *DICTION*, os autores encontraram suporte empírico para ambas as hipóteses. Eles ainda ressaltaram a contribuição da pesquisa para investigar o viés no uso da linguagem e tom verbal como ferramenta de gerenciamento de impressão de partes interessadas.

Na revisão teórica da literatura nacional e internacional sobre evidenciação de informações socioambientais das empresas, nota-se que inúmeras pesquisas descrevem, por meio do uso de técnicas de análise estatística, fatores explicativos para o nível de divulgação de informações dessa natureza. A fim de alinhar tais fatores às hipóteses de pesquisa desenvolvidas no próximo capítulo, item 3.3, apresentam-se no

Quadro 4 alguns estudos que analisaram estatisticamente cada uma das seguintes características das empresas: tamanho; rentabilidade; auditoria; sustentabilidade; governança corporativa; internacionalização e natureza de atividade são capazes de explicar tal prática de divulgação.

Quadro 4 – Variáveis consideradas nos estudos sobre evidenciação de informações socioambientais

Fonte	Variáveis consideradas						
	Tamanho	Rentabilidade (ROA ou ROE)	Auditoria	Sustentabilidade	Governança Corporativa	Internacionalização (ADR)	Natureza de Atividade
Rover <i>et al.</i> (2009)	x	x	x	x		x	
Braga <i>et al.</i> (2011)		x		x			
Coelho <i>et al.</i> (2010)	x	x		x	x	x	
Nossa (2002)	x						
Rover e Murcia (2010)	x	x				x	
Gondrige (2010)	x		x			x	
Braga, Oliveira e Salotti (2009)	x	x			x		x
Hackston e Milne (1996)	x	x					x
Patten (1991)	x	x					x

Fonte: Dados da pesquisa

Com base no Quadro 4, nota-se que dentre as variáveis consideradas nos estudos como tentativas de explicar o nível de evidenciação socioambiental das empresas, destacam-se: o tamanho; a rentabilidade; a internacionalização e a natureza de atividade da empresa.

2.3 RELATÓRIOS SOCIOAMBIENTAIS

A comunidade científica por meio de investigações sobre indicadores ambientais e de sustentabilidade, divulgação de informações sociais e ambientais, e relatórios de sustentabilidade ou similar, percebem a importância e a necessidade de avaliar o nível de informação socioambiental das organizações para contribuir com o desenvolvimento sustentável (CRESPO *et al.*, 2011).

Dentre as iniciativas de estabelecimento de parâmetros para a elaboração destes relatórios, destacam-se alguns organismos como o IBASE e a ANEEL, no âmbito nacional, e a GRI, no âmbito internacional, que têm desenvolvido modelos para elaboração de Balanço Social e de Relatório Socioambiental.

O IBASE, criado em 1981 com o apoio do sociólogo Herbert de Souza, é uma organização da sociedade civil, que tem como objetivo a radicalização da democracia e a afirmação de uma cidadania ativa. Na década de 1980, com o incentivo do IBASE, ocorreram as primeiras divulgações dos Balanços Sociais no Brasil, iniciativa essa que ganharia visibilidade em 1997, quando esta organização elaborou um modelo único simplificado de balanço (IBASE, 2013).

O Balanço Social do IBASE é um demonstrativo anual publicado voluntariamente pelas empresas, ele reúne um conjunto de informações relacionadas a dados econômicos e financeiros, indicadores sociais internos, indicadores sociais externos, indicadores ambientais, indicadores do corpo funcional, informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial e outras informações delas (IBASE, 2013).

A ANEEL, por meio de seu Despacho de nº. 3.034 de 21/12/2006, instituiu o modelo para elaboração do Relatório de Responsabilidade Socioambiental das empresas de energia elétrica.

O relatório introduzido pela ANEEL estrutura-se em cinco dimensões (dimensão geral, dimensão governança corporativa, dimensão econômico-financeira, dimensão social e setorial e dimensão ambiental) que contemplam descrições de atividades e indicadores de desempenho (qualitativos e quantitativos), inerentes a elas, de forma a fornecer uma visão holística, consistente e consolidada de questões relevantes e peculiares do setor de energia (ANEEL, 2006b).

De acordo com a ANEEL (2006b, p. 4)

O Setor Elétrico, numa atitude pioneira, vem elaborando, desde 2002, o Relatório Anual de

Responsabilidade Empresarial, em conformidade com as orientações constantes do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica – MCSPEE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, e alterações posteriores. Considerando a evolução de relevantes questões vivenciadas pelo setor nos últimos anos, tais como: universalização dos serviços; eficiência energética; pesquisa e desenvolvimento; e fontes alternativas de energia, no final de 2004, a ANEEL iniciou um processo de análise sobre o referido relatório, visando ao seu aprimoramento e adequação a essa nova realidade.

Esse aprimoramento contou com a participação das Superintendências da Agência e das empresas do setor elétrico brasileiro – que enviaram as contribuições. O manual tem por objetivo apresentar o novo modelo de relatório, denominado Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica, doravante chamado de Relatório de Responsabilidade Socioambiental, em substituição ao referido Relatório Anual de Responsabilidade Empresarial (ANEEL, 2006b).

O Relatório de Responsabilidade Socioambiental objetiva ser um instrumento de demonstração das políticas e ações peculiares do setor elétrico, que evidencie a contribuição para desenvolver uma sociedade ambientalmente sustentável e socialmente justa, por meio do conceito de um serviço público socialmente responsável (ANEEL, 2006b).

Quanto à obrigatoriedade, vigência e prazo, destaca-se o seguinte:

É obrigatória a elaboração, pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica, do Relatório de Responsabilidade Socioambiental, a partir do exercício de 2007, para divulgação em 2008. Fica ressalvado que o modelo apresentado é um padrão mínimo a ser elaborado, ficando a critério de a empresa elaborar os seus relatórios com base em padrões mais abrangentes, como é o caso do modelo GRI, desde que contemple as dimensões citadas no presente trabalho, bem como aborde indicadores e informações com as especificidades do setor elétrico. O Relatório de Responsabilidade

Socioambiental e Balanço Social devem ser encaminhados à Agência até 30 de abril do exercício subsequente, em arquivo magnético, para divulgação e disponibilização pela ANEEL no seu site. As empresas poderão disponibilizar o referido Relatório e Balanço Social nos seus respectivos sites (ANEEL, 2006b, p. 9).

A GRI é uma Organização Não Governamental (ONG), fundada em 1997, sediada em Amsterdã (Holanda), com representantes regionais nos seguintes países: Austrália, Brasil, China, Índia e Estados Unidos (GRI, 2014b). A GRI promove a elaboração de relatórios de sustentabilidade ou similar que pode ser adotado por todas as organizações ao redor do mundo, proporcionando mais transparência organizacional e comparabilidade. Atualmente o relatório da GRI está na quarta geração, denominado G4, e contempla as seguintes categorias e aspectos das diretrizes, conforme Quadro 5.

As diretrizes G4 foram lançadas em maio de 2013 e desenvolvidas para aumentar a ênfase na necessidade de as organizações focarem no processo de reporte e divulgação final sobre esses temas que são materiais para os seus negócios e seus principais *stakeholders* (GRI, 2014c).

Quadro 5 – Categorias e aspectos das diretrizes da GRI - G4

Categoria	Econômica	Ambiental		
Aspectos	<ul style="list-style-type: none"> - Desempenho Econômico - Presença de Mercado - Impactos Econômicos Indiretos - Práticas de Compra 	<ul style="list-style-type: none"> - Materiais - Energia - Água - Biodiversidade - Emissões - Efluentes e Resíduos - Produtos e Serviços - Conformidade - Transportes - Geral - Avaliação Ambiental de Fornecedores - Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos Ambientais 		
Categoria	Social			
Subcategorias	Práticas de Trabalhistas e Trabalho Docentes	Direitos Humanos	Sociedade	Responsabilidade pelo Produto
Aspectos	<ul style="list-style-type: none"> - Emprego - Relações Trabalhistas - Saúde e Segurança no Trabalho - Treinamento e Educação - Diversidade e Igualdade de Oportunidades - Igualdade de Remuneração entre Homens e Mulheres - Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas - Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Práticas Trabalhistas 	<ul style="list-style-type: none"> - Investimento - Não Discriminação - Liberdade de Associação e Negociação Coletiva - Trabalho Infantil - Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo - Práticas de Segurança - Direitos Indígenas - Avaliação - Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos - Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Direitos Humanos 	<ul style="list-style-type: none"> - Comunidades Locais - Combate à Corrupção - Políticas Públicas - Concorrência Desleal - Conformidade - Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade - Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos na Sociedade 	<ul style="list-style-type: none"> - Saúde e Segurança do Cliente - Rotulagem de Produtos e Serviços - Comunicação de <i>Marketing</i> - Privacidade do Cliente - Conformidade

Fonte: Adaptado de GRI (2014a).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos para a condução dessa pesquisa estão divididos em sete subseções: (i) tipologia e estratégia da pesquisa; (ii) população e amostra; (iii) desenvolvimento das hipóteses da pesquisa; (iv) construção do instrumento de pesquisa; (v) coleta dos dados; (vi) análise de regressão logística e (vii) limitações.

3.1 TIPOLOGIA E ESTRATÉGIAS DA PESQUISA

O estudo classifica-se como teórico-empírico de caráter descritivo-explicativo. Descritivo, pois visa identificar quais os motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar, correspondente aos anos de 2011 e 2012, das companhias listadas na BM&FBOVESPA. De acordo com Andrade (2002), a pesquisa descritiva foca-se em observar os fatos, registrar, analisar, classificar e interpretá-los, sendo que o pesquisador não interfere neles. Explicativo, uma vez que busca verificar quais fatores determinam ou contribuem para a ausência da divulgação desses relatórios pelas empresas que compõem a amostra da pesquisa. Andrade (2002) destaca a pesquisa do tipo explicativa como mais complexa, pois, além de registrar, analisar, classificar e interpretar os fenômenos estudados, ela procura identificar seus fatores determinantes. Raupp e Beuren (2003, p. 82), ressaltam que “por explicar a razão e o porquê das coisas, esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade”.

As estratégias de pesquisa utilizadas, ressaltadas por Martins e Theóphilo (2007), como maneiras distintas de coletar e analisar dados empíricos, foram: (i) a pesquisa bibliográfica; (ii) a pesquisa documental e (iii) a pesquisa de campo. A **pesquisa bibliográfica** buscou em artigos de congressos e periódicos nacionais e internacionais, livros, dissertações e teses, os fundamentos teóricos para o trabalho. A **pesquisa documental** ocorreu mediante consulta e análise do item 7.8 dos Formulários de Referência disponíveis no *Website* da CVM. Por último, para complementar as informações ausentes no item 7.8 desse formulário, operacionalizou-se uma **pesquisa de campo** na forma de um levantamento do tipo *Survey*, que foi operacionalizada mediante aplicação de um questionário enviado, via e-mail, aos diretores de relação com investidores.

O *Survey* foi considerado como uma estratégia de pesquisa apropriada a este estudo, pois visa descrever algumas características de uma determinada população (TRIPODI; FELLIN; MEYER, 1981).

Segundo Gil (1999, p. 70), em pesquisas do tipo *Survey*, “procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise qualitativa, obter conclusões correspondentes aos dados coletados”.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa se caracteriza como qualitativa e quantitativa. O método qualitativo foi utilizado com a finalidade de se conhecer, por meio de dados secundários – leitura do item 7.8. do Formulário de Referência – e dados primários – informações obtidas, via questionário das empresas que não evidenciaram informações nesse item 7.8, os motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade das empresas. Posteriormente, utilizou-se da abordagem quantitativa, caracterizada pela aplicação de instrumentos de análise estatística, a fim de identificar alguns fatores que influenciam na ausência da divulgação desses relatórios.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população da pesquisa consiste nas empresas não financeiras de capital aberto com ações negociadas na BM&FBOVESPA, listadas no pregão do dia 10.04.2013. Esse pregão compõe-se de 518 empresas, sendo que 146 companhias atuam no setor financeiro e 15 pertencem a mais de um segmento de mercado, restando 357 companhias, vinculadas a 80 segmentos.

De acordo com Murcia (2009, p. 92), a exclusão de empresas do segmento financeiro é pertinente, pois elas possuem “[...] características (total das vendas, endividamento etc.) que não podem ser comparáveis às das empresas não financeiras”. Assim, considerou-se apropriado desconsiderar da população as seguradoras, os bancos, as corretoras, escolha essa que é destacada na pesquisa de Cooke (1989) como apropriada.

Dentre as 357 empresas que compõem a população, 28 delas não publicaram o Formulário de Referência – ano base 2011 e 2012 – no *Website* da CVM, entre os períodos de 01/01/2012 a 31/12/2012 e 01/01/2013 a 31/05/2013, respectivamente, restando 329 empresas para compor a amostra da pesquisa.

Estipulou-se esse intervalo no ano de 2013, pois o parágrafo 1º, do artigo 24, da Instrução CVM nº 480/09, prevê que “o emissor deve entregar o formulário de referência atualizado anualmente, em até 5 (cinco) meses contados da data de encerramento do exercício social”. Em 2012, optou-se por considerar todo o ano em virtude de o *Ofício*

Circular CVM/SEP/Nº03/2012 ser publicado no dia 9 de maio de 2012, fato esse que fez com que muitas empresas que já haviam enviado o relatório até essa data enviasse uma versão retificada. Para fins dessa pesquisa, o encerramento do exercício social ocorre no dia 31 de dezembro.

A amostra da pesquisa, segregada por setor e subsetor, seguindo o padrão da BM&BOVESPA, é apresentada no Quadro 6.

Quadro 6 – Amostra da pesquisa segregada por setor e subsetor

Setor de atuação	Subsetor de atuação	Σ de empresas
<u>Bens Industriais</u>	Comércio	2
	Equipamentos Elétricos	1
	Máquinas e Equipamentos	12
	Material de Transporte	13
	Serviços	5
		33
<u>Construção e Transporte</u>	Construção e Engenharia	29
	Transporte	31
		60
<u>Consumo Cíclico</u>	Comércio	16
	Diversos	7
	Hotéis e Restaurantes	4
	Mídia	4
	Tecidos, Vestuário e Calçados	20
	Utilidade Domésticas	3
	Viagens e Lazer	8
		62
<u>Consumo não Cíclico</u>	Agropecuária	4
	Alimentos Processados	19
	Bebidas	1
	Comércio e Distribuição	5
	Fumo	1
	Produtos de Uso Pessoal e de	2
	Limpeza	9
	Saúde	
		41

<u>Materiais Básicos</u>	Embalagens	1
	Madeira e Papel	9
	Materiais Diversos	2
	Mineração	6
	Químicos	8
	Siderurgia e Metalurgia	12
		38
<u>Petróleo, Gás e Biocombustíveis</u>	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	7
		7
<u>Tecnologia da Informação</u>	Computadores e Equipamentos	3
	Programas e Serviços	5
		8
<u>Telecomunicações</u>	Telefonia Fixa	7
	Telefonia Móvel	2
		9
<u>Utilidade Pública</u>	Água e Saneamento	6
	Energia Elétrica	63
	Gás	2
		71
Σ		<u>329</u>

Fonte: Dados da pesquisa.

A escolha dessa população e amostra dá-se pelo fato de buscar abranger o maior número possível de empresas listadas na BM&FBOVESPA, para atribuir relevância ao estudo e possibilitar a generalização dos resultados da pesquisa.

3.3 DESENVOLVIMENTO DAS HIPÓTESES DA PESQUISA

De acordo com Richardson (2008), a formulação e o teste das hipóteses são dois aspectos importantes na pesquisa social. “As hipóteses podem ser definidas como soluções tentativas, previamente selecionadas, do problema de pesquisa. Permitirão orientar a análise dos dados no sentido de aceitar ou rejeitar soluções tentativas” (RICHARDSON, 2008, p. 104). Richardson (2008) ressalta a necessidade de formular hipóteses, nos estudos explicativos, em que o pesquisador busca determinar os fatores ou os motivos que influenciam determinados acontecimentos. No contexto dessa pesquisa, busca-se

identificar os fatores explicativos para ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar, que corresponde ao segundo objetivo específico deste trabalho.

As hipóteses desenvolvidas neste estudo não têm caráter preditivo, mas são hipóteses explicativas, que buscam interpretar o conjunto de dados empíricos obtidos, permitindo o estudo sobre as relações entre os conceitos e originaram-se da experiência acadêmica e profissional do pesquisador, da dedução lógica de uma teoria e da comparação com outros estudos sobre evidenciação social e ambiental (MARCONI; LAKATOS, 2007). A seguir são apresentadas as hipóteses que serão testadas nesta pesquisa.

3.3.1 Tamanho (TAM)

Inúmeros estudos no âmbito nacional e internacional têm pesquisado a associação entre o tamanho da empresa e a divulgação de informações sociais e ambientais por meio do Relatório de Sustentabilidade ou similar (BRAGA *et al.*, 2011; MURCIA *et al.*, 2008; ROVER, 2009; HACKSTON; MILNE, 1996; ROBERTS, 1992; PATTEN, 1991). Hackston e Milne (1996) destacam que tanto a teoria da legitimidade quanto a teoria da agência fornecem argumentos para essa relação.

Sob a lente da teoria positiva da contabilidade (WATTS; ZIMMERMAN, 1978), considera-se que as empresas adotam práticas de evidenciação voluntária para reduzir os custos políticos e atuar como escudo contra possíveis exigências ou punições advindas da sociedade. Empresas maiores são comprometidas com a sociedade e assumem enfrentar maiores pressões públicas do que empresas menores (PATTEN, 1991). A *proxy* utilizada para operacionalizar a variável tamanho é o Ativo Total em seus logaritmos naturais. Os dados das empresas foram coletados com auxílio do *Software Economatica*.

Hipótese 1: Empresas menores tendem não divulgar o Relatório de Sustentabilidade.

3.3.2 Rentabilidade (RENT)

Akerlof (1970) enfatiza que empresas rentáveis tendem divulgar mais informações do que as empresas menos rentáveis, a fim de se diferenciar delas e reduzir o custo de seleção adversa, o que poderia, na percepção de Rover (2009), gerar benefícios como a redução do custo de

captação e o aumento da liquidez por meio da redução da assimetria informacional. De acordo com Roberts (1992), os gestores das empresas ao se depararem com uma rentabilidade desfavorável podem agir negativamente nas tomadas de decisões relacionadas à responsabilidade social e empresarial.

Sendo assim, espera-se que quanto menor a rentabilidade da empresa, menor será o envolvimento com ações sociais e ambientais, dentre elas, a publicação de relatórios socioambientais. Como *proxy* para a variável rentabilidade, utilizou-se, em pontos percentuais, o Retorno sobre o Ativo (ROA). Os dados das empresas foram coletados com auxílio do *Software Economatica*.

Hipótese 2: Empresas com menor rentabilidade tendem não divulgar o Relatório de Sustentabilidade.

3.3.3 Auditoria (AUD)

Grandes empresas de auditoria externa influenciam na consistência, qualidade e quantidade da divulgação das companhias por elas auditadas (ARCHAMBAULT; ARCHAMBAULT, 2003) e estas companhias escolhem tais empresas em virtude da capacidade técnica de seus colaboradores e credibilidade dos relatórios emitidos por eles (FROST; GORDON; POWNALL, 2008).

De acordo com Ahmad, Hassan e Mohammad (2003), o seletivo grupo das “*Big Four*” da auditoria, composto pelas empresas KMPG, PricewaterhouseCoopers, Deloitte Touche Tohmatsu e EY – Ernst & Young, tendem a não firmar contratos com clientes que reportam baixos níveis de informações, pois, na percepção de Murcia *et al.* (2008, p. 267) “como são empresas internacionais de grande porte, também possuem maior risco de litígio que empresas menores”.

Para operacionalizar a variável auditoria, empregou-se uma variável binária, com valor igual a 1 caso a companhia tenha sido auditada por uma empresa pertencente ao grupo das “*Big Four*” e 0 em caso contrário. As informações sobre as empresas de auditoria foram coletadas no *Website* da BM&FBOVESPA.

Hipótese 3: Empresas não auditadas por “Big Four” tendem não divulgar o Relatório de Sustentabilidade.

3.3.4 Sustentabilidade (SUST)

Atualmente, inúmeras organizações ao redor do mundo, comprometidas com um planeta mais sustentável, desenvolvem pesquisas e criam indicadores para mensurar a sustentabilidade empresarial e avaliar o desempenho financeiro das empresas seguindo diretrizes relacionadas a esse tema, sendo o Índice de Sustentabilidade Dow Jones, lançado em 1991, o primeiro índice oficial criado para essa finalidade.

No Brasil, após esforços da BM&FBOVESPA e de outras organizações, criou-se, em 2005, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), cujo objetivo centra-se em criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética corporativa. O ISE é uma ferramenta para análise comparativa da *performance* das empresas listadas na BM&FBOVESPA sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa (BM&FBOVESPA, 2013). Gubiani, Santos e Beuren (2010) relatam que um maior nível de divulgação de informações ambientais é esperado por parte das empresas listadas nesse índice.

Para operacionalizar a variável sustentabilidade, fez-se o uso de uma variável binária, com valor igual a 1 caso a empresa pertença ao ISE no período da pesquisa e 0 em caso contrário. As informações sobre as empresas listadas no ISE foram coletadas no *Website* da BM&FBOVESPA.

Hipótese 4: Empresas que não pertencem a carteira do ISE da BM&FBOVESPA tendem não divulgar o Relatório de Sustentabilidade.

3.3.5 Governança corporativa (GOV_CORP)

Murcia (2009, p. 29) ressalta que “[...] a contabilidade e a governança corporativa estão intimamente relacionadas, principalmente no que diz respeito à proteção aos usuários externos das empresas [...]”. Destaca-se na literatura que um dos pilares da governança corporativa é o *disclosure* (palavra oriunda da língua inglesa, que significa divulgação). Para Hossain (2008), os gestores das empresas de grande porte acreditam mais nos benefícios da divulgação se comparados aos gestores de empresas de médio e pequeno porte. Sob a ótica da teoria

positiva da contabilidade, de Watts e Zimmerman (1978), entende-se que empresas de grande porte e de grande visibilidade na sociedade investem em ações socioambientais e divulgam informações dessa natureza nos relatórios, mesmo que isso minimize os seus lucros, a fim de manter a legitimidade dos seus negócios.

A partir do fato exposto, supõe-se que as companhias que não adotam práticas de governança corporativa seguindo as diretrizes da BM&FBOVESPA tendem a divulgar um menor nível de informações de maneira voluntária, se comparadas as empresas que as adotam.

Para a variável governança corporativa emprega-se uma variável binária, com valor igual a 1 caso a empresa esteja listada em um dos três segmentos de governança corporativa da BM&FBOVESPA (Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado) e 0 em caso não esteja. As informações sobre as empresas listadas no nesse índice foram coletadas no *Website* da BM&FBOVESPA.

Hipótese 5: Empresas não listadas no índice de governança corporativa da BM&FBOVESPA tendem não divulgar o Relatório de Sustentabilidade.

3.3.6 Internacionalização (INT)

Os rígidos padrões dos mercados de capitais mais desenvolvidos, neste caso os Estados Unidos, exigem que as companhias abertas que negociam suas ações nas bolsas de valores desse país sigam as normas da SEC, sendo que, de acordo com Murcia (2008), o cumprimento da divulgação nesse país é regulamentado e é muito maior, se comparado aos padrões adotados no Brasil. Na pesquisa de Masullo e Lemme (2005), os autores identificaram que, dentre as grandes empresas de capital aberto analisadas na sua pesquisa, as com maior inserção internacional apresentavam maior tendência em divulgar informações ambientais e adotar práticas sustentáveis.

Assim, supõe-se que as companhias que não estejam listadas em mais de um mercado de capital, para fins dessa pesquisa, no Brasil e nos Estados Unidos, tendem a divulgar em menor número os relatórios socioambientais, se comparadas às empresas que estejam listadas.

Para operacionalizar a variável internacionalização, empregou-se uma variável binária, com valor igual a 1 caso a empresa negociou, em 2011 ou 2012, *American Depositary Receipt* (ADR) do nível II ou III nas bolsas norte-americanas e 0 em caso contrário. As informações sobre a emissão de ADR foram coletadas no *Website* da CVM.

Hipótese 6: Empresas que não possuem American Depositor Receipt (ADR) tendem não divulgar o Relatório de Sustentabilidade.

3.3.7 Natureza da atividade (NAT_ATIV)

A natureza de atividade de uma empresa tem sido identificada como um fator que afeta as práticas de evidenciação de informações socioambientais (PATTEN, 1991; HACKSTON; MILNE, 1996; CAMPBELL, 2004; CHO; PATTEN, 2007; BRAGA; OLIVEIRA; SALOTTI, 2009), e os resultados dessas pesquisas descrevem que empresas pertencentes a setores potencialmente poluidores tendem divulgar informações de caráter social e ambiental, para evitar problemas regulatórios, punições do governo, grandes repercussões na mídia.

De acordo com Deegan (2002), as organizações existem já que a sociedade considera que elas são legítimas e, se assim for, a sociedade confere sobre ela o estado de legitimidade. Sob a ótica da teoria da legitimidade, a sobrevivência de uma empresa poderá ser ameaçada se a sociedade julgar que a organização não esteja operando em um nível aceitável, nem legítimo. Portanto, fornecer evidências à sociedade dos meios e processos que as empresas estão tomando para amenizar os impactos causados ao meio ambiente e à sociedade decorrentes de suas atividades é uma maneira de alcançar tal aceitação. Nesse caso, espera-se que as companhias que não pertencem a segmentos ambientalmente sensíveis tenham menor propensão a divulgarem informações sociais e ambientais.

Para a variável natureza da atividade, emprega-se uma variável binária, com valor igual a 1 caso a empresa pertença a segmentos potencialmente poluidores e 0 caso não pertença. Na definição dos segmentos, utilizou-se como base a Lei nº. 10.165 de 2000, que classifica as atividades econômicas em baixo, médio e alto impacto ambiental. Contudo, para a aplicação desta pesquisa foram selecionados apenas os segmentos que representam alto risco ambiental.

Hipótese 7: Empresas que não pertencem a segmentos potencialmente poluidores tendem não divulgar o Relatório de Sustentabilidade.

3.4 CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA

Mediante análise do item 7.8 dos Formulários de Referência correspondentes aos anos de 2011 e 2012, divulgados em 2012 e 2013, respectivamente, identificou-se que algumas empresas relataram neste item informações de natureza distintas ao foco desta pesquisa. Além disso, observou-se que o preenchimento desse item, conforme Instrução CVM 480/09, é facultativo para as empresas registradas na categoria “B”, fato que fez com que algumas companhias não preenchessem tal informação.

De acordo com o artigo 2º dessa Instrução, o emissor (empresa) pode requerer o registro na CVM em duas categorias: A – o registro autoriza a negociação de quaisquer valores mobiliários do emissor em mercados regulamentados de valores mobiliários; e B – o registro autoriza a negociação de valores mobiliários do emissor em mercados regulamentados de valores mobiliários, salvo algumas exceções. Para as empresas registradas na categoria B, o preenchimento de alguns itens do formulário de referência é facultativo (CVM, 2009).

Assim, para atender aos objetivos da presente pesquisa, necessitou-se elaborar um questionário (Apêndice I), estruturado por uma única questão, do tipo aberta, que aborda a temática da pesquisa: os motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar, correspondentes aos anos de 2011 e 2012, e encaminhá-lo, via correio eletrônico, aos diretores de relação com investidores das empresas que não preencheram o item 7.8 do Formulário de Referência, visando expandir a representatividade dos resultados apresentados. A escolha por esses representantes tornou-se viável, pois tal contato é disponibilizado no sítio eletrônico da BM&FBOVESPA.

3.5 COLETA DOS DADOS

Utilizou-se um levantamento de dados do tipo *Survey* para a coleta das informações relacionadas ao tema da pesquisa, por meio de análise de conteúdo (Formulário de Referência) e aplicação de um questionário.

O questionário foi desenvolvido no aplicativo *Word* (Pacote Office - *Microsoft*) e encaminhado via e-mail aos diretores de relação com investidores das empresas que não evidenciaram, no item 7.8 do Formulário de Referência correspondente aos anos de 2011 e 2012, informações consistentes ao foco desta pesquisa.

Um primeiro e-mail contendo o questionário e mais detalhes da pesquisa foi enviado aos participantes entre os dias 10 e 14 de agosto de

2013. Nesse se solicitou o envio da resposta até o dia 30 de setembro de 2013.

Devido ao baixo número de respostas – oito respondentes – um segundo e-mail expediu-se no dia 7 de outubro de 2013 aos não participantes, em que se estipulou um novo prazo de envio da informação demanda – dia 20 de novembro de 2013.

Nessa segunda etapa, outros dois diretores de relação com investidores responderam ao e-mail, totalizando 10 respondentes.

3.6 ANÁLISE DE REGRESSÃO LOGÍSTICA

Com o intuito de identificar os fatores explicativos para a ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar pelas 329 empresas – amostra da pesquisa – ao longo de dois anos, fez-se necessário identificar o modelo de análise estatística adequado.

Após revisão na literatura dos principais modelos de análise estatística utilizados, identificou-se o modelo de regressão logística, também conhecido como análise *Logit*, como o mais indicado para se examinar o conjunto de dados compreendido na pesquisa, modelo esse, destacado por Corrar, Paulo e Dias Filho (2007), capaz de realizar previsões ou explicar, a partir de uma variável dependente de natureza binária, a ocorrência de determinados fenômenos.

De acordo com Fávero *et al.* (2009, p. 440),

A regressão logística é uma técnica estatística utilizada para descrever o comportamento entre uma variável dependente binária e variáveis independentes métricas ou não métricas. Ou seja, destina-se a investigar o efeito das variáveis pelas quais os indivíduos, objetos ou sujeitos estão expostos sobre a probabilidade de ocorrência de determinado evento de interesse.

O modelo de regressão logística - apropriado quando a variável dependente tem apenas dois grupos (variável binária com valores de 0 e 1) - possuem algumas vantagens sobre o modelo de análise discriminante múltipla - apropriado quando a variável dependente não é métrica. Dentre elas, Hair *et al.* (2005, p. 283), destacam-se duas razões que tendem tornar a regressão logística preferida:

- A análise discriminante depende estritamente de se atenderem as suposições de normalidade multivariada e de

igualdade entre as matrizes de variância-covariância nos grupos – suposições que não são atendidas em muitas situações. A regressão logística não depende dessas suposições rígidas e é muito mais robusta quando tais pressupostos não são satisfeitos, o que torna sua aplicação apropriada em muitas situações.

- Mesmo quando os pressupostos são satisfatórios, muitos pesquisadores preferem a regressão logística por ser similar à regressão múltipla. Ela tem testes estatísticos diretos, tratamentos similares para incorporar variáveis métricas e não-métricas e efeitos não-lineares, além de uma vasta gama de diagnósticos.

Em complemento, Corrar, Paulo e Dias Filho (2007), ressaltam algumas vantagens operacionais do modelo logístico:

- acolhe com mais facilidade variáveis categóricas se comparada a outras técnicas de dependência;
- mostra-se mais adequada à solução de problemas que envolvam estimação de probabilidades devido ao fato de trabalhar com uma escala de resultados que varia entre 0 e 1;
- requer um menor número de suposições iniciais se comparada a outras técnicas;
- admitem-se, simultaneamente, variáveis explicativas métricas e não métricas.

Fávero *et al.* (2009) destaca que o pesquisador pode optar pelo uso da regressão logística, quando houver, em um único modelo, variáveis explicativas com escalas de mensuração quantitativa e qualitativa, pois a premissa de normalidade multivariada não será atendida na análise discriminante múltipla, sendo que a grande vantagem dessa técnica reside na flexibilidade de seus pressupostos, o que amplia a aplicabilidade.

3.6.1 Modelo geral

De acordo com Fávero *et al.* (2009, p. 441), “a função logística se apresenta como uma curva em formato “S”, cujos valores se situam entre 0 e 1, representando a probabilidade de ocorrência do evento de interesse”

A partir de Fávero *et al.* (2009), descreve-se a estrutura básica de um modelo de regressão logística:

$$f(Z) = 1 / (1 + e^{-Z}) \quad (1)$$

Sendo Z:

$$Z = \ln\left(\frac{p}{1-p}\right) = \alpha + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_K X_K \quad (2)$$

Em que p indica a probabilidade de ocorrência de determinado evento de interesse, X representa o vetor de variáveis explicativas (ou independentes) e α e β os parâmetros do modelo. O termo $\ln(p/1-p)$ é chamado de *logit* e o termo $(p/1-p)$ representa a chance (*odds*) de ocorrência do evento de interesse (FÁVERO *et al.*, 2009, p. 441).

$$\ln\left(\frac{p}{1-p}\right) = \alpha + \beta_1 TAM_1 + \beta_2 RENT_2 + \beta_3 AUD_3 + \beta_4 SUST_4 + \beta_5 GOV_CORP_5 + \beta_6 INT_6 + \beta_7 NAT_ATIV_7 \quad (3)$$

3.6.2 Medidas de avaliação do modelo logístico

Enquanto a regressão múltipla baseia-se no método dos mínimos quadrados, visando minimizar os desvios quadráticos, a regressão logística consiste no método de máxima verossimilhança, ou seja, o seu foco é o de maximizar a probabilidade de que um evento ocorra. Em virtude dessa diferença, as medidas de ajuste do modelo também diferem (FÁVERO *et al.*, 2009). Para fins dessa pesquisa utilizaram-se algumas medidas de avaliação do modelo logístico, tais como: o *Likelihood Value*, o R-Quadrado do modelo logístico, o Teste Hosmer e Lemeshow e o Teste Wald.

De acordo com Corrar, Paulo e Dias Filho (2007), o *Log Likelihood Value* é uma das principais medidas de avaliação geral da Regressão Logística e objetiva verificar se a regressão como um todo é estatisticamente significativa e facilita comparações entre modelos alternativos.

O *Likelihood Value* “trata-se de um indicador que busca aferir a capacidade de o modelo estimar a probabilidade associada à ocorrência de determinado evento” e tem o papel similar ao da estatística F – ferramenta utilizada na avaliação do modelo linear (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007, p. 294).

Corrar, Paulo e Dias Filho (2007, p. 294) enfatizam que

[...] o *Likelihood Value* tem sido representado pela expressão $-2LL$, que nada mais é do que o logaritmo natural do *Likelihood Value* multiplicado por -2 , seguindo-se uma distribuição Qui-quadrado. Ora, se a probabilidade máxima de um evento ocorrer é representada no modelo logístico pelo número 1, pode-se deduzir que o nível ideal para o *Likelihood Value* é zero.

Portanto, nota-se, que quanto mais próximo de zero for o resultado auferido, maior é o poder preditivo do modelo. Quanto ao modelo logístico para Corrar, Paulo e Dias Filho (2007), existem alguns indicadores que cumprem um papel semelhante ao que o R^2 desempenha. Esses índices são chamados Pseudos – R-Quadrados, sendo dois deles destacados por esses autores: McFadden's- R^2 ou o R^2 logit e Teste Cox-Snell R^2 .

O primeiro indicador permite avaliar se o modelo é capaz de melhorar ou não a qualidade das predições quando comparado a outro método que ignore as variáveis independentes e expressa a variação percentual entre o *Likelihood Value* do modelo, que considera apenas a constante, e o *Likelihood Value*, que incorpora as variáveis explicativas. O teste Cox-Snell R^2 é utilizado para comparar o desempenho de modelos concorrentes (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007, p. 295). Esses autores descrevem que o pesquisador ao se deparar com duas equações logísticas igualmente válidas, deve optar por apresentar o Cox-Snell R^2 mais elevado.

Devido ao fato de não haver consenso quanto à superioridade entre esses dois índices enquanto medida de adequação do modelo logístico, e por eles não serem conflitantes, recomenda-se utilizá-los em conjunto, tendo em vista que a literatura não atribui importância muito grande a cada um deles isoladamente (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007).

O Teste Hosmer e Lemeshow é um teste Qui-quadrado que verifica se as classificações previstas para cada grupo são idênticas às observadas, por meio da estratificação das observações em classes e, logo após, compara as frequências preditas com as observadas (FÁVERO *et al.*, 2009). De acordo com Corrar, Paulo e Dias Filho (2007, p. 296), “[...] a finalidade desse teste é verificar se existem diferenças significativas entre as classificações realizadas pelo modelo e a realidade observada”.

A lógica desse teste é a seguinte: caso haja diferenças significativas entre as classificações preditas por tal modelo e as observadas, então os índices auferidos não representam a realidade de forma satisfatória (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007). Assim, percebe-se que em algumas circunstâncias esse modelo não é capaz de produzir estimativas e classificações consideradas confiáveis.

O Teste Wald possui papel similar ao do teste T, utilizado na avaliação dos modelos lineares. Ele objetiva verificar se cada parâmetro estimado é significativamente diferente de 0 e tem por finalidade aferir o grau de significância de cada coeficiente da equação logística, inclusive a constante (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007).

Corrar, Paulo e Dias Filho (2007, p. 297) descreve que

A estatística Wald segue uma distribuição Qui-quadrado e quando a variável dependente tem um único grau de liberdade pode ser calculada elevando-se ao quadrado a razão entre o coeficiente que está sendo testado e o respectivo erro-padrão, conforme segue: $Wald = (b/S.E.)^2$, onde: b = coeficiente de uma variável independente incluída no modelo e $S.E.$ = erro-padrão (*standard erros*).

A maioria dos indicadores utilizados para avaliar a performance do modelo logístico se assemelha aos mecanismos de avaliação do modelo linear, fato que facilita a interpretação deles.

Os testes estatísticos aplicados nessa pesquisa foram realizados com o *software* SPSS®.

3.7 LIMITAÇÕES

Todo trabalho científico apresenta limitações e possibilidades de melhoria. As principais limitações encontradas nesta pesquisa dizem respeito à coleta dos dados.

Uma limitação que merece destaque é o envio do questionário ao diretor de relação com investidores das empresas. Sabe-se que, em algumas organizações, a elaboração dos relatórios socioambientais é de responsabilidade de áreas distintas. Dessa maneira, a resposta reflete primordialmente a percepção e o entendimento desse profissional.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A descrição e a análise dos resultados são apresentadas e discutidas em duas etapas. A primeira está vinculada à abordagem do problema de pesquisa de maneira qualitativa, em que se apresentam os motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar das empresas analisadas, partir das informações divulgadas no formulário de referência e respostas dos questionários recebidos. Na segunda etapa, denominada de abordagem quantitativa, caracterizada pela aplicação de instrumentos de análise estatística, sete variáveis associadas a cada empresa são vinculadas à prática de divulgar ou não esse relatório, a fim de identificar os possíveis fatores que influenciam na ausência de tal divulgação.

4.1 ABORDAGEM DO PROBLEMA DE PESQUISA DE MANEIRA QUALITATIVA

O ponto inicial de análise deste estudo concentrou-se na verificação do item “7.8 – Informações sobre relações de longo prazo relevantes do emissor” dos Formulários de Referência, correspondentes aos anos de 2011 e 2012, das 329 empresas que compõem a amostra da pesquisa, para identificar informações acerca da publicação do Relatório de Sustentabilidade ou similar, e, em caso negativo, os motivos da ausência.

A análise desse item específico tornou-se viável tendo em vista a emissão, em 2011, pela BM&FBOVESPA do Comunicado Externo 017/2011-DP, seguido do Ofício Circular CVM/SEP/Nº03/2012 da CVM, órgão regulador do mercado de capitais do Brasil, emitido em 2012. No primeiro documento, “[...] a BM&BOVESPA passa a recomendar que as empresas listadas indiquem, a partir de 2012, no Formulário de Referência (item 7.8) [...] se publicam Relatório de Sustentabilidade ou similar e onde está disponível. Em caso negativo, devem explicar por que não fazem” (BM&FBOVESPA, p. 1, 2011). No Ofício Circular CVM/SEP/Nº03/2012, descreve-se que no item 7.8 “[...] o emissor também pode informar se elabora e divulga relatório de sustentabilidade ou documento similar [...] e podem ser comentados eventuais projetos de implantação da prática de elaboração e divulgação de relatório de sustentabilidade ou documento similar, estágio de desenvolvimento e tempo estimado para sua adoção” (CVM, p. 24, 2012).

Nota-se, portanto, que a recomendação desses dois órgãos reguladores passou a ser válida para a elaboração e divulgação do Formulário de Referência de 2011, publicado em 2012, dando ênfase a esse estudo devido à relevância e atualidade do tema e da questão-problema de pesquisa.

Após levantamento e leitura das informações contidas no item 7.8 dos Formulários de Referência das empresas, correspondentes a esses dois anos, e nos questionamentos recebidos dos diretores de relação com investidores de algumas empresas que não evidenciaram tais informações, seja por ausência de obrigatoriedade ou por motivos desconhecidos, apresentam-se na Tabela 2, segregado por ano, a quantidade e o percentual de empresas que forneceram nesses documentos o endereço eletrônico do Relatório de Sustentabilidade ou similar.

Tabela 2 – Quantidade e percentual de empresas que divulgaram o Relatório de Sustentabilidade ou similar

<u>Setor e Subsetor de atuação</u>	<u>A</u>	<u>B1</u>	<u>B2</u>	<u>B3</u>	<u>C1</u>	<u>C2</u>	<u>C3</u>
Bens Industriais	33	7	21%	10%	5	15%	6%
Comércio	2	0	0%	0%	0	0%	0%
Equipamentos Elétricos	1	0	0%	0%	0	0%	0%
Máquinas e Equipamentos	12	4	33%	5%	3	25%	4%
Material de Transporte	13	1	8%	1%	1	8%	1%
Serviços	5	2	40%	3%	1	20%	1%
Construção e Transporte	60	8	13%	11%	12	20%	14%
Construção e Engenharia	29	3	10%	4%	4	14%	5%
Transporte	31	5	16%	7%	8	26%	10%
Consumo Cíclico	62	8	13%	11%	9	15%	11%
Comércio	16	3	19%	4%	4	25%	5%
Diversos	7	1	14%	1%	1	14%	1%
Hotéis e Restaurantes	4	0	0%	0%	0	0%	0%
Mídia	4	1	25%	1%	1	25%	1%
Tecidos, Vestuário e Calçados	20	3	15%	4%	3	15%	4%
Utilidades Domésticas	3	0	0%	0%	0	0%	0%
Viagens e Lazer	8	0	0%	0%	0	0%	0%
Consumo não Cíclico	41	8	20%	11%	11	27%	13%

Agropecuária	4	1	25%	1%	1	25%	1%
Alimentos Processados	19	3	16%	4%	4	21%	5%
Bebidas	1	0	0%	0%	1	100%	1%
Comércio e Distribuição	5	1	20%	1%	1	20%	1%
Fumo	1	0	0%	0%	0	0%	0%
Produtos de Uso Pessoal e de Limpeza	2	1	50%	1%	1	50%	1%
Saúde	9	2	22%	3%	3	33%	4%
Materiais Básicos	38	7	18%	10%	10	26%	12%
Embalagens	1	0	0%	0%	0	0%	0%
Madeira e Papel	9	5	56%	7%	5	56%	6%
Materiais Diversos	2	0	0%	0%	0	0%	0%
Mineração	6	1	17%	1%	1	17%	1%
Químicos	8	1	13%	1%	3	38%	4%
Siderurgia e Metalurgia	12	0	0%	0%	1	8%	1%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	7	1	14%	1%	2	29%	2%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	7	1	14%	1%	2	29%	2%
Tecnologia da Informação	8	1	13%	1%	1	13%	1%
Computadores e Equipamentos	3	1	33%	1%	1	33%	1%
Programas e Serviços	5	0	0%	0%	0	0%	0%
Telecomunicações	9	4	44%	5%	3	33%	4%
Telefonia Fixa	7	3	43%	4%	3	43%	4%
Telefonia Móvel	2	1	50%	1%	0	0%	0%
Utilidade Pública	71	29	41%	40%	31	44%	37%
Água e Saneamento	6	2	33%	3%	2	33%	2%
Energia Elétrica	63	27	43%	37%	29	46%	35%
Gás	2	0	0%	0%	0	0%	0%
Total Geral	329	73	22%	-	84	26%	-

Legenda:

A - Amostra da pesquisa

B1 - Número de empresas que publicaram o Relatório de Sustentabilidade ou similar do ano de 2011

B2 - % de empresas sobre a quantidade de empresas do mesmo setor/subsetor que publicaram o Relatório de Sustentabilidade ou similar do ano de 2011

B3 - % de empresas sobre o total geral de empresas que publicaram o Relatório de Sustentabilidade ou similar do ano de 2011

C1 - Número de empresas que publicaram o Relatório de Sustentabilidade ou similar do ano de 2012

C2 - % de empresas sobre a quantidade de empresas do mesmo setor/subsetor que publicaram o Relatório de Sustentabilidade ou similar do ano de 2012

C3 - % de empresas sobre o total geral de empresas que publicaram o Relatório de Sustentabilidade ou similar do ano de 2012

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base nos resultados auferidos e apresentados na Tabela 2, percebe-se que dentre as 329 empresas analisadas, 73 delas divulgaram o Relatório de Sustentabilidade ou similar correspondente ao ano de 2011, representando 22% da amostra da pesquisa. No ano seguinte, esse número aumentou para 84 empresas, representando 26% da amostra. Nota-se, portanto, que aproximadamente um quarto das empresas analisadas optou pela divulgação desse relatório nesses anos.

As empresas dos seguintes subsetores, embora alguns deles representados por uma única empresa, não divulgaram o Relatório de Sustentabilidade ou similar correspondente ao ano de

- 2011 (comércio; equipamentos elétricos; hotéis e restaurantes; utilidades domésticas; viagens e lazer; bebidas; fumo; embalagens; materiais diversos; siderurgia e metalurgia; programas e serviços; gás) e
- 2012 (comércio; equipamentos elétricos; hotéis e restaurantes; utilidades domésticas; viagens e lazer; fumo; embalagens; materiais diversos; programas e serviços; telefonia móvel; gás).

Dentre as empresas dos subsetores, mesmo que alguns deles representados por uma única empresa, com maior incidência de divulgação desses relatórios, correspondentes aos anos de 2011 e 2012, se comparado à quantidade de empresas do mesmo subsetor, destacam-se:

- 2011 (madeira e papel - 56%; produtos de uso pessoal e de limpeza - 50%; telefonia móvel - 50%; telefonia fixa - 43%; energia elétrica - 43%) e
- 2012 (comércio; equipamentos elétricos; hotéis e restaurantes; utilidades domésticas; viagens e lazer; fumo;

embalagens; materiais diversos; programas e serviços; telefonia móvel; gás).

A representatividade do número de empresas de cada subsetor sobre o montante de empresas que divulgaram o Relatório de Sustentabilidade ou similar nesses dois anos não excedeu a 10%, com exceção do setor de energia elétrica, que representou 37% e 35%, em 2011 e 2012, respectivamente. Conforme já salientado no decorrer dessa pesquisa, esses percentuais podem ser justificados devido à publicação pela ANEEL, órgão regulador do setor elétrico brasileiro, do Despacho nº. 3.034/2006, que tornou obrigatória a elaboração, pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica, do Relatório de Responsabilidade Socioambiental, a partir do exercício de 2007 para divulgação em 2008. Nota-se, na Tabela 2, que o percentual de empresas desse setor que publicaram o relatório do ano de 2011 e 2012, é de 43% e 35%, respectivamente. Estima-se que esses percentuais não foram maiores em virtude de algumas empresas serem enquadradas como “Produtores Independentes de Energia Elétrica”, não estando obrigadas a cumprirem a determinação contida no texto do Despacho nº. 3.034/2006.

Após o levantamento da quantidade e o percentual de empresas que divulgaram o Relatório de Sustentabilidade ou similar, correspondente aos anos de 2011 e 2012, identificou-se que parte das empresas que não adotaram tal prática não evidenciaram os motivos da ausência da divulgação desses relatórios, conforme orientação da CVM e da BM&FBOVESPA. Os dados relacionados a esse tópico são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Número de empresas que não divulgaram o Relatório de Sustentabilidade e que relataram os motivos da ausência da divulgação

Setor de atuação	A	B1	B2	%	C1	C2	%
Bens Industriais	33	26	13	50	28	14	50
Construção e Transporte	60	52	21	40	48	21	44
Consumo Cíclico	62	54	20	37	53	20	38
Consumo não Cíclico	41	33	16	48	30	15	50
Materiais Básicos	38	31	14	45	28	14	50
Petróleo. Gás e	7	6	5	83	5	2	40

Biocombustíveis							
Tecnologia da Informação	8	7	4	57	7	4	57
Telecomunicações	9	5	0	0	6	2	33
Utilidade Pública	71	42	19	45	40	20	50
Total Geral	329	256	112	44	245	112	46

Legenda:

A - Amostra da pesquisa

B1 - Número de empresas que não publicaram o Relatório de Sustentabilidade ou similar do ano de 2011

B2 - Número de empresas que relataram os motivos da ausência da divulgação

C1 - Número de empresas que não publicaram o Relatório de Sustentabilidade ou similar do ano de 2012

C2 - Número de empresas que relataram os motivos da ausência da divulgação

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados apresentados na Tabela 3 revelam que dentre as 256 empresas que não forneceram evidências sobre a publicação do Relatório de Sustentabilidade ou similar de 2011 no item 7.8 do Formulário de Referência ou no questionário; 112 delas, 44%, relataram os motivos da ausência de tal divulgação. Por outro lado, na análise relacionada à divulgação do mesmo relatório, correspondente ao ano de 2012, nota-se que das 245 empresas que não adotaram tal prática foram novamente 112 empresas. No entanto, somente 46% evidenciaram os motivos da ausência da divulgação. Cabe destacar que houve coincidência desse montante – 112 empresas – em 2011 e 2012, embora a distribuição da quantidade de empresas entre os segmentos de atuação tenha ocorrido de maneira distinta.

A média de empresas que relataram os motivos da ausência de divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar do ano de 2011 e 2012 foi de 44% e 46%, respectivamente. Os setores que apresentaram percentual superior a essas médias, em ordem decrescente, nos seus respectivos anos, são os seguintes:

- 2011 (Petróleo, Gás e Biocombustíveis; Tecnologia da Informação; Bens Industriais; Consumo não Cíclico; Materiais Básicos e Utilidade Pública) e
- 2012 (Tecnologia da Informação; Bens Industriais; Consumo não Cíclico; Materiais Básicos e Utilidade Pública)

Após demonstrar na Tabela 2 a quantidade e o percentual de empresas que divulgaram o Relatório de Sustentabilidade ou similar e, na Tabela 3, o número de empresas que não divulgaram tal relatório, mas relataram os motivos da ausência da divulgação, apresentam-se, na Tabela 4 de forma resumida e categorizada, os motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar evidenciados pelas empresas nos documentos analisados.

Tabela 4 – Motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar dos anos de 2011 e 2012

Motivos da ausência da divulgação do relatório de sustentabilidade ou similar	2011	%	2012	%
1) A empresa divulga informações dessa natureza em outras fontes	53	38%	29	24%
Relatório Anual	29		19	
Relatório da Administração	6		4	
Website	7		2	
Informações Trimestrais (ITR)	5		1	
Formulário de Referência	6		3	
2) Ausência de estrutura interna	34	24%	31	25%
3) O relatório é divulgado pelo grupo econômico	16	11%	20	16%
4) A empresa atualmente não desempenha atividades operacionais	9	6%	6	5%
5) A empresa não possui iniciativas direta ao tema e/ou entende que tal informação não é preponderante a condução dos seus negócios e não geram impactos ambientais	9	6%	10	8%
6) Ausência de exigência legal	6	4%	2	2%
7) Atividade principal: <i> Holding</i>	4	3%	4	3%
8) A empresa foi constituída recentemente ou está em processo de fusão/incorporação	5	4%	5	4%
9) Entende que no momento tal iniciativa não figura um fator competitivo ou não influência na alavancagem dos seus negócios	3	2%	5	4%
10) O relatório está em fase de elaboração	1	1%	10	8%
11) Representa um custo elevado para a companhia	1	1%	1	1%
Total	141	100%	123	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base nos dados apresentados na Tabela 4, verifica-se que as empresas evidenciaram 11 motivos para a ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar dos anos de 2011 e 2012. Optou-se em categorizar as respostas para evitar uma listagem extensa e tornar a leitura e discussão sobre esse tópico mais didática e objetiva. Cabe ressaltar que embora 112 empresas tenham relatado esses motivos, algumas delas apontaram mais de um, totalizando 141 e 123 itens, em 2011 e 2012, respectivamente.

Para fins de descrição e análise dos resultados, será apresentado, a seguir, um breve contexto de cada categoria, incluindo exemplos retirados dos documentos analisados.

▪ **Categoria 1 - A empresa divulga informações dessa natureza em outras fontes**

A primeira categoria representou 38% e 24% em 2011 e 2012, respectivamente, do montante de itens levantados. No Quadro 7, apresentam-se algumas justificativas evidenciadas pelas empresas associadas a essa categoria.

Quadro 7 – Exemplos dos motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar associados à Categoria 1

Nome da empresa	Fonte	Motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar
ARTERIS	Item 7.8.do RF de 2011	[...] a Companhia prepara e disponibiliza aos seus grupos de interesse, Relatório Anual contento um capítulo (“Responsabilidade Social-Corporativa”) dedicado ao tema.
BEMATECH	Item 7.8.do RF de 2011	Em relação ao Relatório de Sustentabilidade Bematech não o publica, pois considera que as informações relacionadas às dimensões social, ambiental e de governança corporativa da Companhia são suficientemente apresentadas nos capítulos correspondentes de seu Relatório Anual [...].
FERBASA	Item 7.8.do RF de 2012	O link com essas e outras informações complementares está disponível [...] no capítulo 9 da Responsabilidade

		Social Empresarial, dentro do relatório da administração.
GRENDENE	Item 7.8.do RF de 2011	A Grendene não publica o assim chamado Relatório de Sustentabilidade. Em nossa opinião, com as informações prestadas nas publicações das Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração e Formulário de Referência (vide item 7.5 – b) é desnecessário a publicação de mais um relatório.
M.DIASBRANCO	Item 7.8.do RF de 2011	As informações relativas às ações socioambientais realizadas pela Companhia estão disponíveis no site http://www.mdiasbranco.com.br/ri/ na seção “A Companhia Sustentabilidade”.
ALPARGATAS	Item 7.8.do RF de 2012	A Companhia divulga suas ações de responsabilidade socioambiental em seu relatório anual, que pode ser acessado em: http://ri.alpargatas.com.br/ - Relatório Anual 2012. A Companhia ainda não publica um Relatório de Sustentabilidade, porém entende que se trata de um instrumento importante de transparência de suas atividades socioambientais.

Fonte: Dados da pesquisa.

Mediante leitura das justificativas apresentadas pelas empresas, percebe-se que alguns gestores entendem que a divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade em outras fontes como o Relatório Anual, Relatório da Administração, *Website* da companhia são suficientes, não havendo a necessidade de elaborar um relatório específico para tratar desse tema. Dentre os itens analisados e que estão vinculados a essa categoria, mais de 50% deles associam a divulgação de informações sobre sustentabilidade ao Relatório Anual.

▪ **Categoria 2 - Ausência de estrutura interna**

A segunda categoria está associada à ausência de estrutura interna. Dos 141 e 123 itens levantados (ver Tabela 4), 34 (24%) no

primeiro ano e 31 (25%) no segundo, diziam respeito a essa categoria. No Quadro 8, são descritos alguns relatos evidenciados pelas empresas associadas à Categoria 2.

Quadro 8 – Exemplos dos motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar associados à Categoria 2

Nome da empresa	Fonte	Motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar
BOMBRIL	Item 7.8.do RF de 2011	Ciente da importância do tema, a Companhia está constituindo um comitê de sustentabilidade, o qual terá uma atuação voltada a fortalecer a governança corporativa e a gestão de sustentabilidade. O comitê será responsável pelo planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de todas as ações corporativas relacionadas a aspectos de sustentabilidade tangível e estratégica.
IGUACU CAFÉ	Item 7.8.do RF de 2011	[...] Contudo, como as informações estão dispersas, a Companhia busca estruturar-se internamente para a compilação de tais informações.
J.MACEDO	Item 7.8.do RF de 2011	O Grupo está ciente, também, da necessidade de apresentação e detalhamento dessas informações para a sociedade, e prepara-se internamente para, a partir do exercício de 2015, ampliarmos estes projetos e iniciar a publicação de seu relatório de sustentabilidade
LOJAS HERING	Item 7.8.do RF de 2012	A Companhia não elaborou o relatório de sustentabilidade ou similar, por não possuir equipe para tanto.
MPX ENERGIA	Item 7.8.do RF de 2012	A MPX Energia S.A. realizou, ao longo de 2011, um estudo interno preparatório para relato em sustentabilidade segundo o padrão da GRI (<i>Global Reporting Initiative</i>).

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se que os pontos levantados pelas empresas nessa categoria estão associados principalmente à ausência de comitê de sustentabilidade, sistemas de informação adequados, equipe qualificada para tanto, confiabilidade da informação a ser divulgada. Nessa linha, Gray *et al.* (1993) apontam “dados indisponíveis e/ou incompletos” como uma das razões para as empresas não divulgarem informações socioambientais voluntariamente.

▪ **Categoria 3 - O relatório é divulgado pelo grupo econômico**

A categoria de número 3 está associada à divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar pelo grupo econômico. A representatividade sobre o montante de itens levantados foi de 11% em 2011 e 16% em 2012. Alguns exemplos evidenciados pelas empresas associadas à Categoria 3 são demonstrados no Quadro 9.

Quadro 9 – Exemplos dos motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar associados à Categoria 3

Nome da empresa	Fonte	Motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar
CEMIG DIST	Questionário	Anualmente divulgamos o Relatório de Sustentabilidade em parceria com o nosso controlador
ABRIL EDUCA	Item 7.8.do RF de 2011	[...] a Abril Educação não possui ainda um Relatório de Sustentabilidade empresarial ou documento similar, no entanto, teremos uma participação no relatório de sustentabilidade do Grupo Abril que será publicado no mês de junho, segundo as regras estipuladas pelo GRI (<i>Global Reporting Initiative</i>).
CONCEPA	Item 7.8.do RF de 2011	A companhia não publica relatório de sustentabilidade, porque a Holding do grupo publica o mesmo de forma consolidada.
PAUL F LUZ	Item 7.8.do RF de 2012	Informações relativas aos resultados econômicos, sociais e ambientais estarão disponíveis no Relatório Anual 2012 da holding CPFL Energia.

MULTIPLUS	Item 7.8.do RF de 2012	Até o exercício social encerrado em 31.12.2012, as informações relacionadas às questões de sustentabilidade da Companhia foram consolidadas no Relatório de Sustentabilidade da sua controladora TAM S/A.
-----------	---------------------------	---

Fonte: Dados da pesquisa.

Na leitura dos itens dessa categoria, observou-se que embora o Relatório de Sustentabilidade ou similar seja publicado pela empresa controladora (*Holding*), alguns gestores das empresas controladas participam ativamente na elaboração desses relatórios.

▪ **Categoria 4 – A empresa atualmente não desempenha atividades operacionais**

Mediante leitura prévia das informações evidenciadas no item 7.8 dos Formulários de Referência das empresas e nos questionários recebidos, observou-se que algumas companhias justificaram a ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar por estarem em fase pré-operacional ou com as atividades operacionais suspensas e/ou inativas. Portanto, essa categoria foi composta de relatos dessas duas situações. No Quadro 10, são apresentadas algumas justificativas evidenciadas pelas empresas associadas a essa categoria.

Quadro 10 – Exemplos dos motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar associados a Categoria 4

Nome da empresa	Fonte	Motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar
CENT ACU	Item 7.8.do RF de 2011	No que diz respeito à Cent. Açú, não se aplica a publicação do relatório de sustentabilidade, em função dessa empresa não ter atividade operacional.
COBRASMA	Item 7.8.do RF de 2011	A partir de maio de 1998 a Companhia encerrou totalmente suas atividades fabris.
HIDROVIAS BR	Item 7.8.do RF de 2012	A Companhia ainda não publica o Relatório de Sustentabilidade, pois se encontra em fase pré-operacional, porém já está trabalhando para sua elaboração e implementação nos

		próximos anos.
--	--	----------------

Fonte: Dados da pesquisa.

Se comparado ao montante de itens levantados, a representatividade da quarta categoria foi de 6% e 5%, em 2011 e 2012, respectivamente.

- **Categoria 5 – A empresa não possui iniciativa direta ao tema e/ou entende que tal informação não é preponderante à condução dos negócios e não geram impactos ambientais**

A quinta categoria está associada a não divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar devido à ausência de iniciativas direta ao tema e/ou pelos gestores entenderem que tal informação não é preponderante à condução dos negócios e que os negócios da companhia não geram impactos ambientais. Dos 141 itens levantados em 2011 e 123, em 2012 (ver Tabela 4), 9 (6%) itens no primeiro ano e 10 (8%) no segundo, dizem respeito a essa categoria. No Quadro 11, são descritos alguns relatos evidenciados pelas empresas associadas à Categoria 5.

Quadro 11 – Exemplos dos motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar associados à Categoria 5

Nome da empresa	Fonte	Motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar
ECONORTE	Item 7.8.do RF de 2012	A princípio a Companhia não elabora o Relatório de Sustentabilidade em razão de nossa atividade econômica, que é prestação de serviços e praticamente não há exploração de recursos naturais, vegetais de florestas e matas.
FIBAM	Item 7.8.do RF de 2011	Não há, até a data de apresentação deste formulário, fatos ou atividades que justifiquem a elaboração do relatório de sustentabilidade.
GPC PART	Item 7.8.do RF de 2011	[...] a Administração da Companhia informa que, por ora, não publica seu “Relatório de Sustentabilidade”, ou outro documento semelhante, por

		entender que tal informação não é preponderante para a condução dos seus negócios.
LOCALIZA	Item 7.8.do RF de 2011	A Companhia não divulga relatório de sustentabilidade visto que as atividades de aluguel de carros e de frotas não geram impactos ambientais significativos.

Fonte: Dados da pesquisa.

Essa categoria corrobora com a pesquisa de Gray *et al.* (1993), em que os autores descrevem “a ausência de incentivos” como uma das razões para as empresas não divulgarem informações socioambientais voluntariamente. Nota-se que alguns gestores justificaram a ausência de divulgação desse relatório por entenderem que a atividade exercida pela empresa não gera impactos ambientais significantes e que a adoção dessa prática não é preponderante para a condução dos negócios.

▪ **Categoria 6 – Ausência de exigência legal**

Assim como destacado na pesquisa de Gray *et al.* (1993), a ausência de exigência legal foi uma das justificativas ressaltadas, nos documentos analisados como o motivo da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar das empresas que compõem a amostra dessa pesquisa. Conforme já destacado anteriormente, a prática de evidenciação de informações socioambientais no Brasil, diferentemente de países como a Inglaterra e os Estados Unidos, em que essa prática é regulamentada, é realizada voluntariamente pelos gestores das empresas, com exceção das concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica. Alguns exemplos evidenciados pelas empresas associadas à Categoria 6 são demonstrados no Quadro 12.

Quadro 12 – Exemplos dos motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar associados à Categoria 6

Nome da empresa	Fonte	Motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar
METALFRIO	Item 7.8.do RF de 2011	A Companhia não elabora relatório de sustentabilidade, tendo em vista que não há exigência legal nesse sentido.

TERMOPE	Item 7.8.do RF de 2011	A Termopernambuco não divulga Relatório de Sustentabilidade, uma vez que a Companhia não é Concessionária de Serviço Público de Energia e que segundo regulamentação nacional, apenas as Concessionárias de Serviço Público necessitam divulgar tal Relatório.
LE LIS BLANC	Item 7.8.do RF de 2012	A Companhia não elabora relatório de sustentabilidade, tendo em vista que não há exigência legal nesse sentido.

Fonte: Dados da pesquisa.

Na análise dos relatos dessa categoria, nota-se que a exigência legal tem sido destacada pelos gestores das empresas, refutando algumas teorias descritas no decorrer dessa pesquisa, como fator explicativo para a ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar. A representatividade da Categoria 6 sobre o montante de itens levantados nos dois anos foi de 4% em 2011 e 2% em 2012.

▪ **Categoria 7 – Atividade principal: *Holding***

Na leitura das informações evidenciadas no item 7.8 dos Formulários de Referência das empresas e nos questionários recebidos, observou-se que algumas companhias justificaram a ausência da divulgação desse relatório por serem enquadradas como *Holding*, algumas delas não exercendo atividades operacionais. No Quadro 13, são apresentadas algumas justificativas evidenciadas pelas empresas associadas a essa categoria.

Quadro 13 – Exemplos dos motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar associados à Categoria 7

Nome da empresa	Fonte	Motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar
521 PARTICIP	Item 7.8.do RF de 2011	A Companhia informa que não publica Relatório de Sustentabilidade porque é uma holding não operacional e no momento não detém nenhum investimento em empresas controladas e/ou coligadas.

COTEMINAS	Item 7.8.do RF de 2011	A Companhia informa que não publica Relatório de Sustentabilidade, tendo em vista que se trata de uma “holding pura” [...].
WEMBLEY	Item 7.8.do RF de 2012	Em atendimento ao Comunicado Externo BM&FBOVESPA 017/2011-DP, a Companhia informa que não publica Relatório de Sustentabilidade, tendo em vista que se trata de uma “holding pura”, sem qualquer atividade operacional.

Fonte: Dados da pesquisa.

A maioria dos relatos enquadrados nessa categoria está associada a empresas denominadas *Holding*, que não exercem qualquer atividade operacional e não detêm no momento nenhum investimento, tornando, assim, inviável a publicação do Relatório de Sustentabilidade ou similar. Se comparado ao montante de itens levantados, a representatividade da sétima categoria foi de 3% em 2011 e 2012.

▪ **Categoria 8 – A empresa foi constituída recentemente ou está em processo de fusão/incorporação**

A categoria de número 8 diz respeito a não divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar em virtude de a empresa ter sido constituída recentemente ou por estar em processo de fusão/incorporação. Dos 141 itens levantados em 2011 e 123, em 2012 (ver Tabela 4), 5 (4%) itens nesses dois anos dizem respeito a essa categoria. No Quadro 14, são descritos alguns relatos evidenciados pelas empresas associados à Categoria 8.

Quadro 14 – Exemplos dos motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar associados à Categoria 8

Nome da empresa	Fonte	Motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar
V-AGRO	Item 7.8.do RF de 2011	A Vanguarda Agro passou recentemente por recente incorporação e, no presente momento está focada na busca de sinergias e consolidação de suas operações, culturas, processos e etc. Entendemos a importância do tema

		e, assim que este alinhamento interno em torno de uma única cultura esteja consolidado, pretendemos ir adiante com o tema sustentabilidade.
BR PHARMA	Item 7.8.do RF de 2011	Por ser uma companhia constituída recentemente e que tem feito diversas aquisições desde então, a Companhia ainda não possui um conjunto completo de ações relacionadas ao impacto das suas operações no meio ambiente que a permitam divulgar um relatório de sustentabilidade ou documento similar.
BROOKFIELD	Item 7.8.do RF de 2012	<p>A Companhia, que resulta da fusão de três empresas do mercado imobiliário, vem desde 2009 investindo na implantação de sistemas de gestão e definição de processos padronizados. Diversas ações estão em andamento, como o desenho do novo Sistema de Gestão Ambiental da empresa, que permitirá a definição e o acompanhamento de mais indicadores.</p> <p>Entendemos que esses processos atuais são fundamentais para que possamos, a partir deste ano, iniciar um trabalho consistente alinhado com a metodologia <i>Global Reporting Initiative</i> (“GRI”), visando a publicação do relatório de sustentabilidade nos próximos anos.</p>

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base nos relatos apresentados no Quadro 14, nota-se que essa categoria está, de certa forma, associada à Categoria 2 – Ausência de estrutura interna, na medida em que as empresas associam o processo de fusão ou incorporação com a reestruturação dos negócios da companhia, implantação de novos sistemas de gestão, realocação do quadro de colaboradores.

- **Categoria 9 – Entende-se que no momento tal iniciativa não figura um fator competitivo ou não influência na alavancagem dos negócios**

A nona categoria representou 2% e 4% em 2011 e 2012, respectivamente, do montante de itens levantados. Mediante leitura das justificativas apresentadas pelas empresas nos documentos analisados, percebe-se que alguns gestores entendem no momento que tal iniciativa não figura um fator competitivo no setor ao qual a empresa está inserida ou não influência na alavancagem dos negócios. No Quadro 15, são apresentadas algumas justificativas evidenciadas pelas empresas associadas a essa categoria.

Quadro 15 – Exemplos dos motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar associados à Categoria 9

Nome da empresa	Fonte	Motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar
ROSSI RESID	Item 7.8.do RF de 2012	A Rossi não publica Relatório de Sustentabilidade ou documento similar por entender que, no momento, este não figura como um fator de avaliação competitiva entre as empresas do ramo de incorporação.
EZTEC	Item 7.8.do RF de 2012	A EZTEC não publica Relatório de Sustentabilidade ou documento similar por entender que, no momento, este não figura como um fator de avaliação competitiva entre as empresas do ramo de incorporação.
PANATLANTICA	Item 7.8.do RF de 2011	A Companhia, declara que não publica Relatório de Sustentabilidade, porque ainda não avaliou com a devida propriedade e profundidade o assunto em referência, como fator determinante de alavancagem dos seus negócios.

Fonte: Dados da pesquisa.

A Categoria 9 foi apontada por três empresas em 2011 e cinco em 2012, representando 2% e 4%, respectivamente, dos itens analisados nesses anos. A partir dos relatos apresentados no Quadro 15, percebe-se que os gestores dessas empresas entendem que a publicação de

relatórios com informações sobre a sustentabilidade dos seus negócios não figura como um fator competitivo entre as empresas do mesmo ramo de atuação.

▪ **Categoria 10 – O relatório está em fase de elaboração**

A décima categoria está associada à ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar em virtude de o relatório estar em fase de elaboração na data de envio do Formulário de Referência de 2011 e 2012 ou do questionário. No Quadro 16, descrevem-se alguns relatos evidenciados pelas empresas associados essa categoria.

Quadro 16 – Exemplos dos motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar associados à Categoria 10

Nome da empresa	Fonte	Motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar
IMC HOLDINGS	Item 7.8.do RF de 2011	Com relação ao Comunicado Externo 07/2011 da BM&FBOVESPA, esclarecemos que a Companhia ainda não possui Relatório de Sustentabilidade publicado, mas que o está desenvolvendo, ao longo do exercício social de 2012, juntamente com práticas e políticas a serem adotadas no desenvolvimento de suas atividades, de modo a diminuir seu impacto ambiental.
TEMPO PART	Item 7.8.do RF de 2012	A Companhia está em processo de construção de documento que conterá informações sobre ações Sustentáveis [...].
TIM PART S/A	Item 7.8.do RF de 2012	O relatório referente ao ano findo em 31 de dezembro de 2012 está em elaboração e tem a sua data de divulgação prevista para até 28 de junho de 2013.

Fonte: Dados da pesquisa.

A representatividade da Categoria 10 passou de 1% em 2011 para 8% no ano seguinte. Na leitura dos itens dessa categoria ficou evidente que algumas empresas já estavam com os relatórios praticamente concluídos, restando poucos ajustes; já outras, recém haviam iniciado a

elaboração, ou pelo menos se estruturado para isso. Assim, entende-se que algumas publicações não necessariamente ocorreriam em 2012 ou 2013, anos de publicação dos relatórios correspondentes a 2011 e 2012.

- **Categoria 11 – Representa um custo elevado para a Companhia**

A última categoria foi evidenciada por apenas uma empresa em 2011 e 2012 e associa-se à ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar com o custo elevado para a Companhia elaborar e divulgar relatório dessa natureza. No Quadro 17, é demonstrado o único exemplo da Categoria 11.

Quadro 17 – Exemplos dos motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar associados à Categoria 11

Nome da empresa	Fonte	Motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar
PDG REALT	Item 7.8.do RF de 2011/2012	A Companhia não publica o Relatório de Sustentabilidade ou documento semelhante por representar um custo relevante para a Companhia.

Fonte: Dados da pesquisa.

Essa categoria é destacada na pesquisa de Gray *et al.* (1993) como uma das razões para as empresas não divulgarem informações socioambientais voluntariamente. De acordo com Murcia (2009), existem custos para se divulgar informações de natureza diversa, e estes custos aumentam concomitante ao aumento do volume das informações divulgadas.

4.2 ABORDAGEM DO PROBLEMA DE PESQUISA DE MANEIRA QUANTITATIVA

Assim como destacado no início desse capítulo, a segunda etapa da descrição e análise dos resultados, denominada de abordagem quantitativa, caracterizou-se pela aplicação de instrumentos de análise estatística, para testar as sete hipóteses de pesquisa, a fim de identificar os possíveis fatores que influenciam na ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar das empresas.

Na Tabela 5 e 6, apresentam-se as estatísticas descritivas das variáveis explicativas quantitativas (TAM e RENT) e qualitativas (AUD; SUST; GOV_CORP; INT e NT_ATIV). Cabe destacar que a variável TAM está expressa em logaritmos naturais.

Tabela 5 – Estatísticas descritivas das variáveis explicativas quantitativas

	TAM (ATIVO)		RENT (ROA)	
	2011	2012	2011	2012
Média	14,05	14,21	177,57	-29,92
Desvio P.	2,59	2,37	3.251,61	437,19
Mediana	14,40	14,51	3,95	3,13
Máximo	20,21	20,36	58.970,83	186,82
Mínimo	0,00	0,00	-683,12	-7.847,35

Fonte: Dados da pesquisa.

Na apresentação das variáveis independentes quantitativas (Tabela 5), o Ativo (TAM) e o ROA (RENT) das empresas são demonstrados em forma de Média, Desvio Padrão, Mediana, Máximo e Mínimo, segregado por ano – 2011 e 2012. A apresentação das variáveis independentes qualitativas (Tabela 6), novamente segregada nesses dois anos, deu-se pela frequência com que as empresas estão associadas às seguintes variáveis: Auditoria Externa (AUD); Sustentabilidade (SUST); Governança Corporativa (GOV_CORP); Internacionalização (INT) e Natureza de Atividade (NAT_ATIV).

Tabela 6 – Estatísticas descritivas das variáveis explicativas qualitativas

		Frequência (N. de empresa)	
		2011	2012
AUD	Empresa é auditada por alguma "Big Four" da auditoria	248	248
	Empresa não é auditada por alguma "Big Four" da auditoria	81	81
SUST	Empresa está listada no ISE da BM&FBOVESPA	29	29
	Empresa não está listada no ISE da BM&FBOVESPA	300	300

GOV_CORP	Empresa está listada no Índice de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA	142	142
	Empresa não está listada no Índice de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA	187	187
INT	Negociou ADR	19	19
	Não negociou ADR	310	310
NAT_ATIV	Empresa pertence a segmento potencialmente poluidor	49	49
	Empresa não pertence a segmento potencialmente poluidor	280	280

Fonte: Dados da pesquisa.

Efetuuou-se a análise de regressão logística considerando as seguintes opções: Classification plots; Hosmer-Lemeshow goodness of-fit; CI for exp(B): 95%; Probability for Stepwise: Entry: 0,05 e Removal: 0,10; Classification cutoff: 0,5; Maximum Iterations: 20; Include constant in model. Para fins de apresentação dos testes e indicadores desse modelo, são comparados os resultados considerando a amostra de pesquisa (329 empresas) e a mesma amostra desconsiderando as empresas do setor de energia elétrica (266 empresas), a fim de identificar possíveis vieses ou distorções nos resultados, tendo em vista a representatividade desse setor no percentual de empresas que publicaram tais relatórios (ver Tabela 2).

Antes de apresentar os resultados da análise propriamente dita, o SPSS® demonstra como os dados são classificados sem considerar as variáveis explicativas, conforme apresentado no Apêndice 2.

A priori, o modelo está sendo guiado apenas pela situação em que se enquadra a maioria dos casos observados, sendo que, na análise da amostra da pesquisa, 157 relatórios, correspondentes aos anos de 2011 e 2012, foram publicados e 501 não. Ao desconsiderar dessa análise as empresas do setor de energia elétrica, optem-se 101 relatórios publicados e 431 não. Assim, todos os casos seriam classificados a priori como “Não”. Desse modo, a classificação estaria correta em 76,1% e 81,0% dos casos, respectivamente. De acordo com Corrar, Paulo e Dias Filho (2007, p. 305), essa análise serve “como uma

referência para avaliar a eficácia do modelo quando ele passa a operar com as variáveis independentes para predizer a que grupo pertence certo indivíduo”.

O item posterior de análise, apresentado no Apêndice 3, é a estatística Wald que, nesse primeiro momento fornece parâmetros para verificar uma classificação mais próxima da realidade caso haja a inclusão das sete variáveis explicativas, ou seja, está avaliando apenas a representatividade da constante inserida no modelo.

Como já destacado anteriormente no tópico “Análise de Regressão Logística” por Corrar, Paulo e Dias Filho (2007), o objetivo dessa técnica é o de comparar se as variáveis independentes vêm melhorar a qualidade das precisões, fato que não ocorre nesta pesquisa, pois, diante do exposto não seria conveniente formular previsões em função desse critério de classificação, tendo em vista que sem incluí-las no modelo já se alcança um nível de acerto de 76,1% e 81,0% na classificação dos casos (ver Apêndice 2). No Apêndice 4, apresenta-se a relação dessas variáveis independentes com os respectivos *scores*.

Não se deve esquecer de que o objetivo final dessa análise é verificar se as variáveis tamanho, rentabilidade, auditoria, sustentabilidade, governança corporativa, internacionalização e natureza da atividade podem explicar o fato de determinada empresa não divulgar o Relatório de Sustentabilidade ou similar.

Diante disso, a primeira análise centrou-se em verificar a capacidade preditiva do modelo, ou seja, a sua validade como um todo. Para isso, um conjunto de testes foi realizado e os indicadores e resultados são apresentados nos Apêndices 5, 6, 7 e 8, sendo o primeiro deles denominado *Model Chi-square*.

O primeiro passo dessa etapa consiste em testar se os coeficientes em conjunto são significativos para o modelo, por intermédio da distribuição Qui-quadrado (FÁVERO *et al.*, 2009), ou seja, testa-se a hipótese de que todos eles são nulos. Com base nos resultados apresentados no Apêndice 5, observa-se que os coeficientes em conjunto são estatisticamente significativos, tendo em vista que há pelo menos um coeficiente diferente de zero em nível de significância de 5%.

No presente caso, nota-se que o valor dos testes *Step*, *Block* e *Model* foi de 133,40, considerando a amostra da pesquisa, e de 93,574 desconsiderando as empresas do segmento de energia elétrica. Os resultados obtidos neles são idênticos, pois a análise está sendo realizada sob o método *Enter*. Utilizam-se desses testes para avaliar a hipótese de nulidade de todos os coeficientes do modelo. Esses números correspondem “[...] à diferença entre o valor $-2LL$ obtido quando se

inclui apenas um a constante no modelo e o $-2LL$ calculado após a inclusão de todas as variáveis independentes” (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007, P. 307).

Com sete graus de liberdade, que correspondem à diferença entre o número de parâmetros estimados nos modelos inicial e final, conclui-se que pelo menos um dos coeficientes é diferente de zero, rejeitando a hipótese de que todos os parâmetros são nulos e contribuindo para melhorar a qualidade das previsões. Portanto, o modelo pode ser utilizado para verificar se as sete variáveis consideradas nessa análise explicam a ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar por parte das empresas.

No Apêndice 6, são apresentados os resultados do ajuste do modelo. A estatística $-2LL$ normalmente não é passível de interpretação isoladamente, ou seja, não possui uma interpretação direta, mas esse indicador adquire significado quando confrontado com uma base de referência. Cabe ressaltar que ele influencia no cálculo de outros indicadores, tais como o *Model*, o *Step* e o *Block* Qui-quadrado.

Embora as medidas de Cox & Snell e Nagelkerke se assemelham ao R^2 da regressão, esta última é preferível em relação à primeira pelo fato do valor máximo que pode atingir, neste caso 1 (FÁVERO *et al.*, 2009). O Cox & Snell está indicando que 18,4% – considerando a amostra da pesquisa – e 16,1% – desconsiderando dessa amostra as empresas de energia elétrica – das variações ocorridas no *Log* da razão de chance são explicadas pelo conjunto de variáveis independente desta pesquisa. Já o Nagelkerke, versão adaptada desse primeiro modelo para fornecer resultados entre 0 e 1, é capaz de explicar 27,5% – considerando a amostra da pesquisa – e 25,9% – desconsiderando dessa amostra as empresas de energia elétrica – das variações registradas na variável dependente.

Nos Apêndices 7 e 8, são apresentados o Teste de Hosmer e Lemeshow e as contingências para esses testes, respectivamente.

Com base nos resultados demonstrados no Apêndice 7, nota-se que, seguindo uma distribuição Qui-quadrado, o cálculo nos leva a uma estatística de 14,22 e um nível de significância de 0,076 – considerando a amostra da pesquisa –, e a uma estatística de 11,145 e um nível de significância de 0,194 – desconsiderando dessa amostra as empresas de energia elétrica. Isso indica que não há diferenças significativas ao nível de 5% entre os valores esperados e observados. Portanto, tem-se mais um indício de que o modelo pode ser utilizado para atender a proposta dessa pesquisa. “[...] Se o resultado estivesse em um patamar igual ou inferior a 0,05 teríamos que rejeitar a hipótese de que não existem

diferenças significativas entre os valores esperados e observados. [...] É sempre desejável que se obtenham resultados superiores a 0,05 [...]” (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007, P. 309). No Apêndice 8, são apresentados os dados utilizados para o cálculo do referido teste.

Tabela 7 – Classificação final

Observado		A			B		
		Predito			Predito		
		Publica o RS		Percentual correto	Publica o RS		Percentual correto
Sim	Não	Sim	Não				
Publica o RS	Sim	46	111	29,3	27	74	26,7
	Não	14	487	97,2	10	421	97,7
Percentual geral				81			84,2

a *The cut value is* ,500.

Legenda:

A - Amostra da pesquisa

B - Amostra desconsiderando as empresas de energia elétrica

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados apresentados na Tabela 7 demonstram que com a inclusão das sete variáveis independentes, 81% – considerando a amostra da pesquisa – e 84,2% – desconsiderando dessa amostra as empresas de energia elétrica – das observações são classificadas corretamente, melhorando o percentual em relação ao modelo *a priori*, 76,1% e 81% (Apêndice 2), respectivamente.

Embora se verifique uma redução no nível de acerto em relação às empresas que não divulgaram o Relatório de Sustentabilidade ou similar, já que antes estava em 100% e agora declinou para 97,2% – considerando a amostra da pesquisa – e 97,7% – desconsiderando dessa amostra as empresas de energia elétrica –, no cômputo geral o modelo alcança melhor desempenho. Nota-se que com a inclusão das variáveis esse percentual sobe para 29,3% – considerando a amostra da pesquisa – e 26,7 – desconsiderando dessa amostra as empresas de energia elétrica. Considerando mais esses indicadores, nota-se que estatisticamente é viável incluir as sete variáveis independentes no modelo.

Por fim, tem-se, na Tabela 8, a apresentação da significância das variáveis do modelo.

Tabela 8 – Significância das variáveis do modelo

Amostra da pesquisa									
		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95,0% C.I.for	
								Lower	Upper
	TAM	-0,342	0,074	21,187	1	0,000	0,710	0,614	0,822
	RENT	0,000	0,000	0,000	1	0,987	1,000	1,000	1,000
	AUD	-0,155	0,311	0,247	1	0,620	0,857	0,465	1,577
	SUST	-2,090	0,385	29,459	1	0,000	0,124	0,058	0,263
	GOV_CORP	-0,226	0,220	1,055	1	0,304	0,798	0,518	1,228
	INT	0,091	0,476	0,037	1	0,848	1,095	0,431	2,785
	NAT_ATIV	0,668	0,328	4,143	1	0,042	1,951	1,025	3,714
	Constante	6,552	1,038	39,817	1	0,000	700,758		
Amostra desconsiderando as empresas de energia elétrica									
		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95,0% C.I.for	
								Lower	Upper
	TAM	-0,290	0,087	11,090	1	0,001	0,748	0,631	0,888
	RENT	0,000	0,000	0,002	1	0,968	1,000	1,000	1,000
	AUD	-0,268	0,375	0,509	1	0,476	0,765	0,367	1,596
	SUST	-1,879	0,459	16,747	1	0,000	0,153	0,062	0,376
	GOV_CORP	-0,500	0,278	3,245	1	0,072	0,607	0,352	1,045
	INT	-0,501	0,543	0,852	1	0,356	0,606	0,209	1,756
	NAT_ATIV	0,375	0,346	1,171	1	0,279	1,455	0,738	2,868
	Constante	6,344	1,223	26,898	1	0,000	569,237		

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme já destacado ao longo desse tópico, até então os testes sugerem que o modelo pode ser utilizado para estimar a probabilidade de uma empresa não publicar o Relatório de Sustentabilidade ou similar em função do conjunto de variáveis independentes consideradas (TAM; RENT; AUD; SUST GOV_CORP; INT e NAT_ATIV). No entanto, faz-se necessário avaliar a significância de cada coeficiente em particular, ou seja, verificar se cada um deles pode ser utilizado como estimador de probabilidades.

Assim, verifica-se nos resultados apresentados na Tabela 8 que ao considerar a amostra da pesquisa como um todo as variáveis TAM (Tamanho), SUST (Sustentabilidade) e NAT_ATIV (Natureza de Atividade) exercem efeito sobre a probabilidade de uma empresa publicar ou não o Relatório de Sustentabilidade ou similar, pelo menos em um nível de significância de 5%, fato que não ocorre com as variáveis RENT (Rentabilidade), AUD (Auditoria), GOV_CORP (Governança Corporativa) e INT (Internacionalização).

No entanto, ao desconsiderar da amostra as empresas do setor elétrico e mantendo o mesmo critério de análise, a significância das variáveis TAM e SUST são mantidas, no entanto, refuta-se, além das variáveis citadas no parágrafo anterior, a variável NAT_ATIV, em virtude de o nível de significância dela apresentar 27,9%, ante a um nível de significância de 0%.

Das hipóteses formuladas, quatro foram refutadas ao considerar a primeira amostra e cinco ao excluir as empresas que atuam no setor elétrico. As variáveis RENTABILIDADE (H2), AUDITORIA (H3), GOVERNANÇA CORPORATIVA (H5) e INTERNALIZAÇÃO (H6) – considerando a amostra da pesquisa – e RENTABILIDADE (H2), AUDITORIA (H3), GOVERNANÇA CORPORATIVA (H5), INTERNALIZAÇÃO (H6) e NATUREZA DE ATIVIDADE (H7) se mostraram não significativas em um nível de 5%, de que se pode inferir que estas variáveis não influenciam na ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar por parte das empresas.

Os coeficientes das variáveis TAMANHO (H1), SUSTENTABILIDADE (H4) e NATUREZA DE ATIVIDADE (H7) – considerando a amostra da pesquisa – exercem influência direta e significativa na ausência de tal divulgação. Isso significa dizer que uma variação negativa em tais variáveis contribui para diminuir a probabilidade de a empresa divulgar o Relatório de Sustentabilidade ou similar.

Sob a lente da teoria positiva da contabilidade (WATTS; ZIMMERMAN, 1978), as empresas adotam práticas de evidenciação

voluntária para reduzir os custos políticos e atuar como escudo contra possíveis exigências ou punições advindas da sociedade. Assim, empresas maiores são comprometidas com a sociedade e assumem enfrentar maiores pressões públicas do que empresas menores (PATTEN, 1991). Sabe-se que os custos de elaboração e divulgação de determinados relatórios são relevantes para uma companhia, fato que faz com que os gestores de muitas empresas considerem o custo-benefício de tal divulgação.

Na pesquisa de Gubiani, Santos e Beuren (2010), os autores enfatizaram que um maior nível de divulgação de informações ambientais é esperado por parte das empresas listadas no ISE. Essa tendência foi corroborada na presente pesquisa. Observou-se que a Hipótese 4: Empresas que não pertencem a carteira do ISE da BM&FBOVESPA tendem não divulgar o Relatório de Sustentabilidade foi aceita.

De acordo com Deegan (2002), as organizações existem já que a sociedade considera que elas são legítimas e, se assim for, a sociedade confere sobre ela o estado de legitimidade. Sob a ótica da teoria da legitimidade, a sobrevivência de uma empresa poderá ser ameaçada se a sociedade julgar que a organização não esteja operando em um nível aceitável, nem legítimo. Portanto, fornecer evidências à sociedade dos meios e processos que as empresas estão tomando para amenizar os impactos causados ao meio ambiente e à sociedade decorrentes de suas atividades é uma maneira de alcançar tal aceitação. Os achados desta pesquisa corroboram com inúmeros estudos (PATTEN, 1991; HACKSTON; MILNE, 1996; CAMPBELL, 2004; CHO; PATTEN, 2007; BRAGA; OLIVEIRA; SALOTTI, 2009), na medida em que a natureza de atividade de uma empresa tem sido identificada como um fator que afeta as práticas de evidenciação de informações socioambientais.

Apresentam-se no Quadro 18 a síntese dos resultados auferidos mediante aplicação do modelo estatístico e alguns estudos nacionais e internacionais comparativos.

Quadro 18 – Síntese das hipóteses formuladas e estudos comparativos

Fonte	Hipóteses testadas							Hipóteses não rejeitadas						
	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
Rover <i>et al.</i> (2009)	x	x	x	x		x		x		x	x			
Braga <i>et al.</i> (2011)		x		x					x		x			
Coelho <i>et al.</i> (2010)	x	x		x	x	x		x			x			
Nossa (2002)	x							x						
Gondrige (2010)	x		x			x		x		x			x	
Braga, Oliveira e Salotti (2009)	x	x					x	x	x					x
Hackston e Milne (1996)	x	x					x	x						x
Patten (1991)	x	x					x	x						x
Dados da pesquisa	x			x			x*							

Legenda:

1 – Tamanho; 2 - Rentabilidade (ROA ou ROE); 3 – Auditoria; 4 – Sustentabilidade; 5 - Internacionalização (ADR) ;6 – Governança Corporativa ;7 – Natureza de Atividade

* Amostra desconsiderando as empresas do setor de energia elétrica

Fonte: Dados da pesquisa

For fim, verifica-se que as hipóteses formuladas nessa pesquisa corroboram com os seguintes estudos:

- TAMANHO (H1)
Rover *et al.* (2009); Coelho *et al.* (2010); Nossa (2002); Gondrige (2010); Braga, Oliveira e Salotti (2009); Hackston e Milne (1996) e Patten (1991)
- RENTABILIDADE (H2)
Rover *et al.* (2009); Coelho *et al.* (2010) e Hackston e Milne (1996) e Patten (1991)
- AUDITORIA (H3)
Nenhum estudo
- SUSTENTABILIDADE (H4)
Rover *et al.* (2009); Braga *et al.* (2011) e Coelho *et al.* (2010)
- GOVERNANÇA CORPORATIVA (H5)
Coelho *et al.* (2010)
- INTERNACIONALIZAÇÃO (H6)
Rover *et al.* (2009) e Coelho *et al.* (2010)
- NATUREZA DE ATIVIDADE (H7)
Braga, Oliveira e Salotti (2009); Hackston e Milne (1996) e Patten (1991)

5. CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

A presente pesquisa motivou-se pelo objetivo de analisar os possíveis motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar correspondente aos anos de 2011 e 2012, das empresas listadas na BM&FBOVESPA. Para tanto, analisaram-se as informações divulgadas pelas empresas no item ‘7.8 – Informações sobre relações de longo prazo relevantes do emissor’ do Formulário de Referência e obtidas mediante aplicação de questionário – nos casos em que não houve divulgação de informações neste item 7.8. A amostra do estudo consiste nas empresas não financeiras de capital aberto com ações negociadas na BM&FBOVESPA, listadas no pregão do dia 10.04.2013, que publicaram esse formulário – ano base 2011 e 2012 – no *website* da CVM, entre os períodos de 01/01/2012 a 31/12/2012 e 01/01/2013 a 31/05/2013, respectivamente.

A coleta de dados a partir de fontes de dados secundários (Formulário de Referência) e primários (questionário) tornou-se viável tendo em vista a emissão, em 2011, pela BM&FBOVESPA do Comunicado Externo 017/2011-DP, seguido do Ofício Circular CVM/SEP/Nº03/2012 da CVM, órgão regulador do mercado de capitais do Brasil, emitido em 2012.

No primeiro documento, “[...] a BM&BOVESPA passa a recomendar que as empresas listadas indiquem, a partir de 2012, no Formulário de Referência (item 7.8) [...] se publicam Relatório de Sustentabilidade ou similar e onde está disponível. Em caso negativo, devem explicar por que não fazem” (BM&FBOVESPA, p. 1, 2011). No Ofício Circular CVM/SEP/Nº03/2012, descreve-se que no item 7.8 “[...] o emissor também pode informar se elabora e divulga relatório de sustentabilidade ou documento similar [...] e podem ser comentados eventuais projetos de implantação da prática de elaboração e divulgação de relatório de sustentabilidade ou documento similar, estágio de desenvolvimento e tempo estimado para sua adoção” (CVM, 2012, p. 24).

Nota-se, portanto, que a recomendação desses dois órgãos reguladores passou a ser válida para a elaboração e divulgação do Formulário de Referência de 2011, publicado em 2012, dando ênfase a esse estudo devido à relevância e à atualidade do tema.

Na revisão da literatura sobre o tema sustentabilidade e divulgação de informações sociais e ambientais, observa-se o amadurecimento e aprimoramento nas práticas sustentáveis e de

divulgação de informações dessa natureza por parte das empresas brasileiras. No entanto, considera-se que esse cenário ainda seja precoce e iniciante se comparado às práticas adotadas em países como os Estados Unidos, Inglaterra, Austrália, entre outros. Os resultados desta pesquisa corroboram com tal assertiva na medida em que dentre as 329 empresas analisadas, 73 delas divulgaram o Relatório de Sustentabilidade ou similar correspondente ao ano de 2011, representando 22% da amostra da pesquisa. No ano seguinte, esse número aumentou para 84 empresas, representando 26% da amostra.

As empresas do setor de energia elétrica representaram, em 2011 e 2012, aproximadamente um terço (1/3) da amostra de empresas que publicaram tal relatório. Essa representatividade pode ser justificada devido à publicação pela ANEEL – órgão regulador do setor elétrico brasileiro – do Despacho nº. 3.034/2006, que tornou obrigatória a elaboração, pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica, do Relatório de Responsabilidade Socioambiental, a partir do exercício de 2007 para divulgação em 2008.

Dentre as empresas que não forneceram evidências sobre a publicação do Relatório de Sustentabilidade ou similar, de 2011 e 2012, no item 7.8 do Formulário de Referência ou no questionário, 44% e 46% delas, respectivamente, relataram os motivos da ausência de tal divulgação. Considera-se que esse percentual não foi maior – tendo em vista as recomendações supracitadas da BM&FBOVESPA e CVM, em virtude da recente demanda por tais informações e devido ao fato de o preenchimento desse item, conforme Instrução CVM 480/09, ser facultativo para as empresas registradas na categoria “B”.

Os resultados da pesquisa demonstram que as empresas evidenciaram 11 motivos para a ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar dos anos de 2011 e 2012. Para tornar a apresentação dos dados auferidos mais clara e objetiva, estes motivos foram categorizados, são eles:

- 1 - A empresa divulga informações dessa natureza em outras fontes
- 2 - Ausência de estrutura interna
- 3 - O relatório é divulgado pelo grupo econômico
- 4 - A empresa atualmente não desempenha atividades operacionais
- 5 - A empresa não possui iniciativa direta ao tema e/ou entende que tal informação não é preponderante à condução dos negócios e não geram impactos ambientais
- 6 - Ausência de exigência legal

- 7 - Atividade principal: *Holding*
- 8 - A empresa foi constituída recentemente ou está em processo de fusão/incorporação
- 9 - Entende-se que no momento tal iniciativa não figura um fator competitivo ou não influência na alavancagem dos negócios
- 10 - O relatório está em fase de elaboração
- 11 - Representa um custo elevado para a Companhia

Cabe ressaltar que os cinco primeiros motivos representam aproximadamente 80% dos casos levantados em 2011 e 2012.

Na primeira categoria, percebe-se que alguns gestores entendem que a divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade em outras fontes como o Relatório Anual, Relatório da Administração, *website* da companhia são suficientes, não havendo a necessidade de elaborar um relatório específico para tratar desse tema. Na segunda, nota-se que os pontos levantados pelas empresas estão associados principalmente à ausência de comitê de sustentabilidade, sistemas de informação adequados, equipe qualificada para tanto e confiabilidade da informação a ser divulgada. Na categoria de número 3, observou-se que, embora o Relatório de Sustentabilidade ou similar seja publicado pela empresa controladora (*Holding*), alguns gestores das empresas controladas participam ativamente na elaboração desses relatórios. Na quarta categoria, mediante leitura prévia das informações evidenciadas no item 7.8 dos Formulários de Referência das empresas e nos questionários recebidos, observou-se que algumas companhias justificaram a ausência da divulgação de tal relatório por estarem em fase pré-operacional ou com as atividades operacionais suspensas e/ou inativas. A quinta categoria corrobora com a pesquisa de Gray *et al.* (1993), em que os autores descrevem “a ausência de incentivos” como uma das razões para as empresas não divulgarem informações socioambientais voluntariamente.

No que se refere aos fatores individuais das empresas para explicar a ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar, a análise de regressão logística, operacionalizada no *software* SPSS®, demonstrou que as variáveis Tamanho (H1), Sustentabilidade (H4) e Natureza da atividade (H7) são relevantes a um nível de significância de 5%. Ao desconsiderar da amostra as empresas do setor elétrico, apenas as duas primeiras variáveis apresentaram resultados significantes.

Assim, refutaram-se as hipóteses Rentabilidade (H2), Auditoria (H3), Governança corporativa (H5) e Internacionalização (H6), ao considerar toda a amostra da pesquisa e, as hipóteses Rentabilidade (H2), Auditoria (H3), Governança corporativa (H5), Internacionalização (H6) e Natureza da atividade (H7), ao desconsiderar da amostra as empresas listadas no segmento de energia elétrica.

Nessa linha, conclui-se que os achados da pesquisa corroboram com a teoria positiva da contabilidade e as teorias baseadas na economia política, uma vez que as empresas de grande porte, de grande visibilidade na sociedade e que atuam em segmentos potencialmente poluidores investem em ações socioambientais e divulgam informações dessa natureza nos relatórios para mitigar as percepções do público de que a rentabilidade dos negócios advém de práticas nocivas ao meio ambiente e à sociedade, fato que pode garantir a sobrevivência e continuidade dos negócios.

Na elaboração deste estudo, buscou-se contribuir com a construção do conhecimento científico em contabilidade no cenário nacional, visto que provê evidências empíricas sobre os motivos da ausência do Relatório de Sustentabilidade por parte das empresas. No entanto, ressalta-se que a pesquisa possui restrições e limitações que impedem a generalização dos resultados.

Para futuras pesquisas, recomenda-se que a mesma análise seja estendida aos formulários de referência publicados a partir de 2014, correspondentes ao ano de 2013 ou posterior. Outras fontes devem ser consideradas no processo de coleta de dados para verificar a consistência das informações publicadas. A aplicação de estudos exploratórios é essencial para o amadurecimento e consolidação da pesquisa sobre o tema proposto. Sugere-se também a aplicação da mesma abordagem em outros países, a fim de verificar diferenças e similaridades no contexto internacional. Outras hipóteses devem ser formuladas e testadas.

É extremamente importante realizar futuros estudos para levantar evidências sobre as motivações da divulgação dos relatórios socioambientais no Brasil e no mundo, a evolução e as tendências da publicação dos relatórios de sustentabilidade no Brasil, os modelos de relatórios utilizados.

REFERÊNCIAS

AHMAD, Zauwiyah; HASSAN, Salleh; MOHAMMAD, Junaini. Determinants of environmental reporting in Malaysia. **International Journal of Business Studies**, v. 11, p. 69-90, 2003.

AKERLOF, George. The market for “lemons”: quality, uncertainty and market mechanism. **Quarterly Journal of Economic**, v. 84, n. 3, p. 488-500, 1970.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Despacho nº 3.034, de 21 de dezembro de 2006a. **Aprova as alterações no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um novo modelo do relatório denominado “Relatório de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica”**. Disponível em: http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/leitura_arquivo/default.cfm?idaplicacao=43. Acesso: 08 mar. 2014.

_____. **Manual de Elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica**. 2006b. Disponível em: http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/leitura_arquivo/default.cfm?idaplicacao=43. Acesso: 27 jun. 2013.

_____. Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001. **Institui o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, englobando o Plano de Contas revisado, com instruções contábeis e roteiro para elaboração e divulgação de informações econômicas e financeiras**. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/cedoc/res2001444.pdf>. Acesso: 08 mar. 2014.

ARCHAMBAULT, Jeffrey; ARCHAMBAULT, Marie. A multinational test of determinants of corporate disclosure. **International Journal of Accounting**, v. 38, p. 173-194, 2003.

ARRAES, R. A.; DINIZ, M. B. Efeitos de custos e gestão ambiental sobre a competitividade da indústria brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS. Associação Brasileira de Custos. 2001, **Anais...** UNISINOS - São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2001.

AZZONE, G.; MANZINI, R.; NOCI, G. Evolutionary trends in environmental reporting. **Business Strategy and the Environment**, v. 5, n. 4, p. 219-230, December 1996.

BEETS, S. D.; SOUTHER, C. C. Corporate environmental reports: the need for standards and an environmental assurance service. **Accounting Horizons**, v. 13, n. 2, p. 129-145, Jun. 1999.

BERNS, M.; TOWNEND, A.; KHAYAT, Z.; BALAGOPAL, B.; REEVES, M.; HOPKINS, M. S.; KRUSCHWITZ, N. The business of sustainability. **MIT Sloan Management Review**, Special Report, p. 5-16, 2009.

BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. **Comunicado Externo 017/2011-DP de 23 de dezembro de 2011**. 2011. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/download/CE-017-2011-Relate-ou-Explique.pdf>. Acesso: 11 fev. 2013.

_____. **Empresas Listadas**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/Cias-Listadas/Empresas-Listadas>. Acesso: 16 mar. 2013.

_____. **Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&idioma=pt-br>. Acesso em: 25 nov. 2013.

BOTOSAN, Christine. Disclosure level and cost of equity capital. **The Accounting Review**, v. 72, n. 3, p. 323-349, July 1997.

BRAGA, Josué Pires; OLIVEIRA, José Renato Sena; SALOTTI, Bruno Meirelles. Determinantes do nível de divulgação ambiental nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009.

BRAGA, Célia M.; SAMPAIO, Márcia Suely Alves; SANTOS, A.; SILVA, P. P. Fatores determinantes do nível de divulgação ambiental no setor de energia elétrica no Brasil. In: V Congresso ANPCONT, 2011, Vitória. **Anais...** 1o. Fast Track ANPCONT, 2011.

BRASIL. Lei nº. 10.165, de 27 de Dezembro de 2000. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10165.htm. Acesso em: 27 out. 2013.

BUSHEE, Brian; NOE, Christopher. Corporate disclosure practices, institutional investors, and stock return volatility. **Journal of Accounting Research**, v. 38, supplement, p. 171-202, 2000.

BUSHMAN, Robert; SMITH, Abbie. Financial accounting information and corporate governance. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, p. 237-333, December 2001.

CALIXTO, L. Uma análise da evidenciação ambiental de companhias brasileiras de 1997 a 2005. In: XIII Congresso Brasileiro de Custos, 2006, Belo Horizonte. **Anais...** XIII Congresso Brasileiro de Custos, 2006.

CAMPBELL, D. A longitudinal and cross-sectional analysis of environmental disclosure in UK companies – a research note. **The British Accounting Review**, v. 36, p. 107-117, 2004.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC nº 1.003, de 19 de agosto de 2004. **Aprova a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T) 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental.** Disponível em: <http://www.cfc.org.br>. Acesso: 21 mar. 2013.

CHO, C. H.; PATTEN, D. M. The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: a research note. **Accounting Organizations and Society**, v. 32, n.7-8, p. 639-647, 2007.

CHO, C. H.; ROBERTS, R. W.; PATTEN, D. M. The language of US corporate environmental disclosure. **Accounting, Organizations and Society**, v. 35, p. 431-443, 2010.

COELHO, Fernando Quaresma; OTT, Ernani; PIRES, Charline Barbosa; ALVES, Tiago Wickstrom. Divulgação de informações voluntárias sobre o meio ambiente: uma análise dos fatores diferenciadores. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 17, 2010, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: CBC, 2010.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COOKE, Terence E. Disclosure in the corporate annual reports of Swedish companies. **Accounting and Business Research**, v. 19, p. 113-124, 1989.

COOPER, C. The non and nom of accounting for (m) other nature. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 5, n. 3, p. 16-39, 1992.

CORE, John. A review of empirical disclosure literature: Discussion. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, p. 441-456, September, 2001.

CORMIER, D.; GORDON, I. An examination of social and environmental reporting strategies. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 14, n. 5, p. 587-616, 2001.

CORMIER, D.; GORDON, I.; MAGNAN, M. Corporate environmental reporting: Contrasting management's values with reality. **Journal of Business Ethics**, v. 49, n. 2, p. 143-165, 2004.

CORMIER, D.; MAGNAN, M. The revisited contribution of environmental reporting to investors's valuation of a firm's earnings: an international perspective. **Ecological Economics**, v. 62, p. 613-626, 2007.

CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. **Análise multivariada**: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia. São Paulo: Atlas, 2007.

COSTA, R.; MARION, J. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **Revista Contabilidade & Finanças**, n. 43, p. 20-33, jan./abr. 2007.

CRESPO SOLER, C.; RIPOLL FELIU, V.; ROSA, F. S.; LUNKES, R. J. Modelo EDE - environmental disclosure evaluation. **Quadern de treball**. Facultad de Economía. Universitat de Valencia. España, v. 169, p. 1-28. Issn dep. V-172-1995. 2011.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários. Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009. **Dispõe sobre o registro de emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários**. Disponível em:

<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiatio.asp?File=%5Cinst%5Cinst480.htm>. Acesso: 21 mar. 2013.

_____. Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº03/2012. **Dispõe sobre as orientações gerais para elaboração do Formulário de Referência**. 2012. Disponível:

http://www.cvm.gov.br/port/atos/oficios/Oficio_Circular_SEP_n_03-12_%20Formulario_de_Referencia.pdf. Acesso: 11 fev. 2013

_____. Parecer de Orientação CVM nº 15, de 28 de dezembro de 1987. **Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas companhias abertas e auditores independentes na elaboração e publicação das demonstrações financeiras, do relatório da administração e do parecer de auditoria relativos aos exercícios sociais encerrados a partir de dezembro de 1987**. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br>. Acesso: 21 mar. 2013.

_____. Parecer de Orientação CVM nº 17, de 15 de fevereiro de 1989. **Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas companhias abertas e auditores independentes na elaboração e publicação das demonstrações financeiras, do relatório da administração e do parecer de auditoria relativos aos exercícios sociais encerrados a partir de dezembro de 1988**. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br>. Acesso: 21 mar. 2013.

DEEGAN, C. The Legitimising Effect of Social and Environmental Disclosures – A Theoretical Foundation. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 282-311, 2002.

DEEGAN, C.; GORDON, B. A study of the environmental disclosures practices of Australian corporations. **Accounting and Business Research**, v. 26, n. 3, p. 187-199, 1996.

DEEGAN, C.; RANKIN, Michaela. The materiality of environmental information to users of annual reports. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 10, n. 4, p. 562-583, 1997.
<http://dx.doi.org/10.1108/09513579710367485>

DIERKES, M.; PRESTON, L. E. Corporate social accounting and reporting for the physical environment: a critical review and implementation proposal. **Accounting, Organizations and Society**. v. 2, n. 1, p. 3-22, 1997.

DOBLER, Michael. How Informative is Risk Reporting? - A Review of Disclosure Models. **Munich Business Research Working Paper**, p. 34, January 2005.

DOWLING, J.; PFEFFER, J. Organizational legitimacy: social values and organizational behavior. **Pacific Sociological Review**, v. 18, n. 1, p. 122-136, 1975.

DYE, Ronald. An evaluation of 'essays on disclosure' and the disclosure literature in accounting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, p. 181-235, December 2001.

EISENHARDT, Kathleen, Agency Theory: An Assessment and Review. **Academy of Management Review**, v. 14, n. 1, p. 57-74, 1989.

EPSTEIN, Marc J. The identification, measurement, and reporting of corporate social impacts: past, present and future. **Advances in Environmental Accounting and Management**, v. 2, p. 1 29, 2003.

FARIAS, K. T. R.; RIBEIRO, M. S. A relação entre divulgação ambiental, desempenho ambiental e desempenho econômico nas empresas brasileiras de capital aberto: Uma pesquisa utilizando equações simultâneas. In: INTERNATIONAL ACCOUNTING CONGRESS - IAEER, 2009, SÃO PAULO. **Anais...** Accounting internationalization: current and future trends, 2009

FARNETI, F.; GUTHRIE, J. Sustainability reporting by Australian public sector organisations: Why they report. **Accounting Forum**, v. 33, n. 2, p. 89-98, 2009.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia; SILVA, Fabiana Lopes da; CHAN, Betty Lilian. **Análise de dados: modelagem multivariada para a tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

FREEMAN, R. E.; McVEA, J. A stakeholder approach to strategic management. In: HITT, M.; FREEMAN, E.; HARRISON, J. **Handbook of strategic management**. Oxford: Blackwell Publishing, p. 189-207, 2000.

FROST, Carol; GORDON, Elizabeth; POWNALL, Grace. Financial reporting and disclosure quality, and emerging market companies' access to capital in global markets. **Social Science Research Network**. Disponível em: <www.ssrn.com>. Abril, 2008. Acesso: 17 nov. 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRAY, R.; BEBBINGTON, J. **Accounting for the environment**. 2. ed., Londres: Sage, 2001.

GRAY, R.; BEBBINGTON, J.; WALTERS, D.; HOULDIN, M. **Accounting for the environment**. Londres: Chapman, 1993.

GRAY, R.; JAVAD, Mohammed; POWER, David M.; SINCLAIR, C. Donald. Social and Environmental Disclosure and Corporate Characteristics: A Research Note and Extension. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 28, n. 3-4, p. 327-356, abr./mai. 2001.

GRAY, R.; KOUHY R.; LAVERS S. Constructing a research database of social and environmental reporting by UK companies. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 8, n. 2, p. 78-101, 1995.

GRI – Global Reporting Initiative. **G4 – Diretrizes para relato de sustentabilidade**. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G4-Part-One.pdf>. Acesso: 15 jan. 2014a.

_____. **Quem somos.** Disponível em:
<https://www.globalreporting.org/languages/Portuguesebrazil/Pages/default.aspx>. Acesso: 15 jan. 2014b.

_____. **Sustainability Disclosure Database.** Disponível em:
<http://database.globalreporting.org/search>. Acesso: 14 mar. 2013a.

_____. **What is GRI?** Disponível em:
<https://www.globalreporting.org/information/about-gri/what-is-GRI>.
 Acesso: 15 mar. 2013b.

_____. **Why was G4 developed?.** Disponível em:
<https://www.globalreporting.org/reporting/g4/g4-developments/Pages/default.aspx>. Acesso: 15 jan. 2014c.

GONDRIGE, Enalto de Oliveira. **Fatores explicativos do disclosure voluntário das empresas brasileiras de capital aberto:** um estudo sob a perspectiva da estrutura de governança corporativa e de propriedade. 2010. 137f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação em Contabilidade, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

GUBIANI, Clésia Ana; SANTOS, Vanderlei; BEUREN, Ilse Maria. Informações ambientais evidenciadas pelas empresas do setor elétrico listadas no ISE. In: Simpósio de Administração da Produção Logística e Operações Internacionais (SIMPOI), São Paulo, 2010. **Anais...** São Paulo: FGV/SP, 2010. v. 1. p. 1-15.

GUNNINGHAM, N.; GRABOSKY, P.; SINCLAIR, D. **Smart regulation:** designing environmental policy. New York: Oxford University Press Inc., 1998.

GUTHRIE, J.; PARKER, L. D. Corporate Social Disclosure Practice: A Comparative International Analysis. **Advances in Public Interest Accounting**, v. 3, p. 343-352, 1990.

HACKSTON, David; MILNE, Markus. Some determinants of social and environmental disclosure in New Zealand companies. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 9, n. 1, p. 77-108, 1996.
<http://dx.doi.org/10.1108/09513579610109987>.

HAIR Jr, Joseph F. *et al.* Tradução: Adonai Schulup Sant'Anna, Anselmo Chaves Neto. **Análise Multivariada de Dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.ibase.br>. Acesso: 21 nov. 2013.

IGRAM, Robert. W.; FRAZIER, Katherine Beal. Environmental performance and corporate disclosure. **Journal of Accounting Research**, v. 18, n. 2, p. 514-622, 1980.

KOLK, A. Sustainability, accountability and corporate governance: exploring multinationals' reporting practices. **Business Strategy and the Environment**, v. 17, n. 1, p. 1-15, 2008.

LANG, Mark; LUNDHOLM, Russell. An empirical assessment of voluntary disclosure theory. **Working Papers – Stanford Graduate School of Business**, Research Paper, n. 1188, p. 1-54, 1992.

LEE, Tanya M.; HUTCHISON, Paul. The decision to disclosure environmental information: a research review and agenda. **Advances in Accounting**, v. 21, p. 83-111, 2005.

LEHMAN, C.; TINKER, T. The `Real` Cultural Significance of Accounts. **Accounting, Organizations and Society**. v. 12, n. 5, p. 503-522, 1987.

LEUZ, Christian; VERRECCHIA, Robert. The economic consequences of increased disclosure. **Journal of Accounting Research**, v. 38, p. 91-124, 2000.

LIMA, Geraldo Augusto Sampaio Franco de, et al. Custo de capital de terceiros x disclosure voluntário: evidências brasileiras. In: **X Congresso Internacional de Custos**, 2007, Lyon/França.

LINDSTAEDT, Ângela Rozane de Souza; OTT, Ernani. Evidenciação de Informações Ambientais pela Contabilidade: um estudo comparativo entre as normas internacionais (ISAR/UNCTAD), norte-americanas e brasileiras. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 18, n. 4, p. 11-35, out./dez. 2007.

LIU, Xianbing; ANBUMOZHI, V. Determinant factors of corporate environmental information disclosure: an empirical study of Chinese listed companies. **Journal of Cleaner Production**. v. 17, n. 6, p. 593-600, April 2009.

MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; CÍPOLA, Fabrício Carvalho. Análise do desempenho Socioambiental no setor siderúrgico Brasileiro. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 3, n. 7, p.60-77, 2009.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Gilberto A.; THEÓPHILO, Carlos R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MASULLO, Débora Guimarães; LEMME, Celso Funcia. Nível de internacionalização como condicionante da divulgação de informações sobre responsabilidade ambiental nas grandes empresas brasileiras de capital aberto. In: Encontro da Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Administração, 29, 2005. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2005. CDROM.

MATHEWS, M. R. **Socially Responsible Accounting**, Chapman Hall, London, 1993.

MEDEIROS, Otávio; QUINTEIRO, Luis. Disclosure of accounting information and stock return volatility in Brazil. **Social Science Research Network**, p. 14, October 2005.

MURCIA, F. D. R. **Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário de companhias abertas no Brasil**. 2009. 182 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MURCIA, F. D. R.; ROVER, S.; LIMA, I.; FÁVERO, L. P. L.; LIMA, G. A. S. F. Disclosure verde nas demonstrações contábeis:

características da informação ambiental e possíveis explicações para divulgação voluntária. **UNB Contábil**, v. 11, n. 1-2, p. 260-278, 2008.

MURCIA, F. D. R.; SANTOS, Ariovaldo dos. Principais Práticas de Disclosure Voluntário das 100 Maiores Empresas Listadas na Bolsa de Valores de São Paulo. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 1, n. 1, p. 61-78, jan./abr. 2009.

NESS, K.; MIRZA, A. Corporate social disclosure: A note on a test of agency theory. **British Accounting Review**, v. 23, n. 3, p. 211-217, 1991.

NEU, D.; WARSAME, H.; PEDWELL, K. Managing public impressions: environmental disclosures in annual reports. **Accounting, Auditing & Accountability**, v. 23, n. 2, p. 255-282, 1998.
[http://dx.doi.org/10.1016/S0361-3682\(97\)00008-1](http://dx.doi.org/10.1016/S0361-3682(97)00008-1).

NOSSA, Valcemiro. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional**. 2002. 246f. Tese (Doutorado) Programa de Pós Graduação em Contabilidade e Controladoria, Departamento de Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, M. C.; LUCA, Marcia Martins Mendes de; PONTE, Vera Maria Rodrigues; PONTES JUNIOR, João Ézio. Disclosure of social information by Brazilian companies according to United Nations indicators of corporate social responsibility. **Revista Contabilidade & Finanças (Online)**, v. 20, p. 116-132, 2009.

PATTEN, Dennis M. Exposure, Legitimacy and Social Disclosure. **Journal of Accounting and Public Policy**. New York, v. 10, n. 4, p. 297-308, winter, 1991.

POWER, M. Auditing and environmental expertise: between protest and professionalization. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 4, n. 3, p. 30-42, 1991.

RAHAMA, A. S.; LAWRENCE, S.; ROPER J. Social and environmental reporting at the VRA: institutionalized legitimation crisis? **Critical Perspectives on Accounting**, v. 15, n. 1, p. 35-56, 2004.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.

RIBEIRO, A. M.; NASCIMENTO, L. F.; VAN BELLEN, H. M. Evidenciação Ambiental: Análise Comparativa Multissetorial entre Brasil, Estados Unidos e Inglaterra. **Contextus (Fortaleza)**, v. 7, p. 7-22, 2009.

RIBEIRO, A. M.; VAN BELLEN, H. M.; CARVALHO, L. N. G. de. Regulamentar Faz Diferença? O Caso da Evidenciação Ambiental. **Revista Contabilidade & Finanças (Online)**, v. 22, n. 56, p. 137-154, mai./ago. 2011.

RICHARDSON, R. J. e colaboradores. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed., São Paulo: ATLAS, 2008. 336 p.

ROBERTS, R. W. Determinants of corporate social responsibility disclosure: An application of stakeholder theory. **Accounting, Organizations and Society**, v. 17, n. 6, p. 595-612, 1992.

ROSA, F. S. *et al.* Gestão da Evidenciação Ambiental: Um estudo sobre as Potencialidade e Oportunidade do Tema. **Engenharia Sanitária e Ambiental**. v. 16, p. 157-166, 2011.

ROSA, F. S.; COSTA, G. D.; PFITSCHER, E. D.; LUNKES, R. J. Termômetro ambiental: um estudo sobre níveis de comprometimento e desempenho da gestão ambiental de uma empresa do setor têxtil do Estado de Santa Catarina. **Revista Ambiente Contábil**, v. 4, n. 2, p. 18-39, 2012.

ROSSATO, Marivane Vestena; TRINDADE, Larissa de Lima; BRONDANI, Gilberto. Custos ambientais: um enfoque para a sua identificação, reconhecimento e evidenciação. **Revista Universo Contábil**, v. 5, n. 1.2009.

ROVER, Suliani. **Disclosure ambiental de empresas potencialmente poluidoras**: características da informação ambiental e explicações para a divulgação voluntária no Brasil. Florianópolis, SC, 2009. 98 f.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ROVER, Suliani; BORBA, José A.; BORGERT, Altair. Como as Empresas Classificadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) Evidenciam os Custos e Investimentos Ambientais? **Revista de Custos e @gronegocio online**. v. 4, n.1, jan./abr. 2008.

ROVER, Suliani; BORBA, José A.; MURCIA, F. D. R.; VICENTE; E. F. R. Divulgação de Informações Ambientais nas Demonstrações Contábeis: um Estudo Exploratório sobre o Disclosure das Empresas Brasileiras Pertencentes a Setores de Alto Impacto Ambiental. **Revista de Contabilidade e Organizações (RCO)**, v. 3, p. 53-72, 2008.

ROVER, Suliani; TOMAZZIA, Eduardo Cardeal; MURCIA, F. D. R.; BORBA, José Alonso. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando análise de regressão em painel. **Revista de Administração (FEA-USP)**, v. 47, p. 217-230, 2009.

SALOTTI, Bruno; YAMAMOTO, Marina. Ensaio sobre a teoria da divulgação. **Brazilian Business Review**, v. 2, n. 1, p. 53-70, 2005.

SAMPIERI, R.; COLLADO, C.; LUCIO, P. **Metodología de la investigación**. México, McGraw-Hill, 1991.

SENADO FEDERAL. PLS – Projeto de Lei do Senado, nº 289 de 2012. Disponível em:

<http://www.senado.leg.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=106810>. Acesso em: 15 out. 2014.

SILVA, T.; BORGERT, A.; PFITSCHER, E. D.; ROSA, F. S. Evidenciação de custos e investimentos ambientais das companhias do setor elétrico listadas no ISE BM&FBOVESPA 2011/2012. In: Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 14, 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Uninove/ FEA-USP/ EAESP-FGV, 2012. CD-ROM.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TRIPODI, Tony; FELLIN, Phillip; MEYER, Henry. **Análise da pesquisa social**. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.

VERRECCHIA, Robert. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, p. 97-180, 2001.

WALDEN, W. Darrell; SCHWARTZ, Bill N. Environmental disclosures and public policy pressure. **Journal of Accounting and Public Policy**, New York, n. 16, p. 125-154, 1997.

WATTS, R. L. Corporate financial statements, a product of the market and political processes. **Australian Journal of Management**, v. 2, n. 1, p. 53-75, 1997.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, Jerold. Towards a positive theory of the determination of accounting standards. **Accounting Review**, v. 53, 1978.

WISEMAN, J. An evaluation of environmental disclosures made in corporate annual reports. **Accounting, Organization and Society**, v. 7, n. 1, p. 553-563, 1982.

ZHONGFU, Y.; JIANHUI, J.; PINGLING, H. The Study on the Correlation between Environmental Information Disclosure and Economic Performance - With empirical data from the manufacturing industries at Shanghai Stock Exchange in China. **Energy Procedia**, v. 5, p. 1218–1224, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO

Convite PPGC/UFSC - Relatório de Sustentabilidade

Prezado(a) Diretor(a) de Relação com Investidores

Venho por meio deste e-mail, convidá-lo(a) a participar da pesquisa **“Motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade das Companhias listadas na BM&BOVESPA”**, que visa identificar quais foram os motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar, das empresas listadas na BM&FBOVESPA, nos anos de 2011 e 2012.

Esta pesquisa culminará em minha dissertação de mestrado, sob a orientação da Prof. Dra. Elisete Dahmer Piftscher, que pode ser contatada pelo e-mail elisete.dahmer@ufsc.br, e faz parte dos estudos do Núcleo de Estudos sobre Meio Ambiente e Contabilidade do departamento de contabilidade da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.

Lembro que se trata de uma pesquisa acadêmica, sem finalidades lucrativas, e o compromisso de confidencialidade é garantido, ou seja, os resultados serão tratados de forma agregada, mantendo-se o sigilo sobre a identidade e informações individuais dos respondentes.

A data-limite para responder a pergunta da pesquisa é até o próximo dia **XX de XX de 2013**.

Ressalto que o número de empresas respondentes é limitado e sua participação é de fundamental importância!

Certo de poder contar com sua atenção e apreço, segue a pergunta motivadora da pesquisa:

Quais foram os motivos da ausência da divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou similar, referente ao ano de 2011 e/ou 2012, da(s) empresa(s) a(s) qual(is) você atua como Diretor(a) de Relação com Investidores?

Att,

Tiago Lucimar da Silva

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da UFSC

Contato: (48) 3721-6634

APÊNDICE 2 – CLASSIFICAÇÃO ANTERIOR À ANÁLISE

Amostra da pesquisa					
Observado			Predito		
			Publica o RS ou similar		Percentual Correto
			Sim	Não	
Publica o RS ou similar	Sim		0	157	0%
	Não		0	501	100%
Percentual geral			76,1		

Amostra desconsiderando as empresas do setor de energia elétrica					
Observado			Predito		
			Publica o RS ou similar		Percentual Correto
			Sim	Não	
Publica o RS ou similar	Sim		0	101	0%
	Não		0	431	100%
Percentual geral			81,0		

a: Constante é incluída no modelo

b: Valor de corte é 5,0

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE 3 – VARIÁVEIS CONSIDERADAS A *PRIORI*

Amostra da pesquisa							
	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	
Constant	1,160	0,091	160,92	1	0,000	3,91	
Amostra desconsiderando as empresas do setor de energia elétrica							
	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	
Constant	1,451	0,111	172,272	1	0,000	4,267	

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE 4 – RELAÇÃO DAS VARIÁVEIS COM OS RESPECTIVOS SCORES DA ESTATÍSTICA WALD

		A			B		
		Score	df	Sig.	Score	df	Sig.
Variáveis	TAM	64,397	1	0,000	45,227	1	0,000
	RENT	0,183	1	0,669	0,139	1	0,709
	AUD	17,411	1	0,000	12,727	1	0,000
	SUST	107,652	1	0,000	78,771	1	0,000
	GOV_CORP	27,189	1	0,000	24,921	1	0,000
	INT	34,282	1	0,000	40,655	1	0,000
	NAT_ATIV	0,126	1	0,722	0,937	1	0,333

Legenda:

A - Amostra da pesquisa

B - Amostra desconsiderando as empresas de energia elétrica

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE 5 – TESTE OMNIBUS PARA OS COEFICIENTES DO MODELO

	A			B		
	Chi-square	df	Sig.	Chi-square	df	Sig.
Step	133,403	7	0,000	93,574	7	0,000
Block	133,403	7	0,000	93,574	7	0,000
Model	133,403	7	0,000	93,574	7	0,000

Legenda:

A - Amostra da pesquisa

B - Amostra desconsiderando as empresas de energia elétrica

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE 6 – SUMÁRIO DO MODELO

A			B		
-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
589,690a	0,184	0,275	423,535a	0,161	0,259

a *Estimation terminated at iteration number 6 because parameter estimates changed by less than ,001.*

Legenda:

A - Amostra da pesquisa

B - Amostra desconsiderando as empresas de energia elétrica

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE 7 – TESTE DE HOSMER E LEMESHOW

A			B		
Chi-square	df	Sig.	Chi-square	df	Sig.
14,22	8	0,076	11,145	8	0,194

A - Amostra da pesquisa

B - Amostra desconsiderando as empresas de energia elétrica

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE 8 – CONTINGÊNCIAS PARA O TESTE DE HOSMER E LEMESHOW

A					B				
Publica o RS		Não Publica o RS		Σ	Publica o RS		Não Publica o RS		Σ
Observado	Esperado	Observado	Esperado	Observado	Observado	Esperado	Observado	Esperado	Observado
50	49,886	16	16,114	66	37	33,971	16	19,029	53
23	22,769	43	43,231	66	14	14,389	39	38,611	53
23	17,943	43	48,057	66	13	11,724	40	41,276	53
16	16,001	50	49,999	66	6	10,243	47	42,757	53
11	13,974	55	52,026	66	7	9,008	46	43,992	53
6	12,145	60	53,855	66	6	7,508	47	45,492	53
14	9,826	52	56,174	66	8	5,574	45	47,426	53
4	7,150	62	58,850	66	8	4,093	45	48,907	53
9	5,071	57	60,929	66	2	2,955	51	50,045	53
1	2,235	63	61,765	64	0	1,536	55	53,464	55

A - Amostra da pesquisa

B - Amostra desconsiderando as empresas de energia elétrica

Fonte: Dados da pesquisa.